

Comissão Central de Pós-Graduação

CCPG



Ata

387ª Reunião Ordinária

08/09/2021

Sala Virtual

1 **ATA DA TRECENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SÉTIMA (387ª) REUNIÃO DA COMISSÃO**
2 **CENTRAL DE PÓS-GRADUAÇÃO.** Aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e
3 vinte e um, às nove horas, em sala Virtual do Google Meet, reuniu-se a Comissão Central de
4 Pós-Graduação (CCPG), sob a Presidência da Professora Doutora **RACHEL MENEGUELLO** e
5 com o comparecimento dos seguintes Membros: Amanda Rios Ferreira (Representante
6 Discente FEA), Ariovaldo José da Silva (FEAGRI), Aurelio Ribeiro Leite de Oliveira (IMECC),
7 Bárbara Geraldo de Castro (IFCH), Cláudia Vianna Maurer Morelli (FCM), Douglas Fernandes
8 Barbin (FEA), Enelton Fagnani (FT), Fernando Savella (Representante Discente IFCH), Heloísa
9 Helena Pimenta Rocha (FE), João Batista Fogagnolo (FEM), Luiz Fernando Bittencourt (IC),
10 Marcelo Lancelotti (FCF), Marcos Julio Rider Flores (FEEC), Maria Helena de Melo Lima
11 (FENF), Marko Synesio Alves Monteiro (IG), Mauro Cardoso Simões (FCA), Murilo Miranda
12 Vasconcelos Viana (Representante Discente FOP), Nelson Henrique Morgon (IQ), Orlando Luis
13 Goulart Peres (IFGW), Orna Messer Levin (IEL), Pedro Maciel Guimarães Junior (IA), Renato
14 Barroso da Silva (FEF), Renato Vicentini dos Santos (IB), Rosângela Ballini (IE), Savio Souza
15 Venancio Vianna (FEQ) e Tiago Zenker Gireli (FEC). Justificou ausência Profa. Altair Antoninha
16 Del Bel Cury (Assessora PRPG). Estiveram presentes Prof. Matheus Lima de Oliveira
17 substituindo Profa. Karina Gonzalez Silvério Ruiz (Coordenadora CPG/FOP) e Prof. Ernesto
18 Kemp substituindo Prof. Orlando Luis Goulart Peres. Estiveram presentes Sr. Fernandy
19 Ewerardy de Souza (Diretor DAC), Prof. Elias Basile Tambourgi (Assessor PRPG), Sra. Marli
20 Padovan de Souza (Coordenadora de Serviços/Diretoria Administrativa e Financeira), Sra.
21 Bárbara Maria Longo Lahr Gonçalves (PED-PRPG), Sra. Marcela de Souza Pellegrin (PED-
22 PRPG), Sra. Cristina Ferreira de Souza (AT da PRPG) e Sra. Juliana Cristina Barandão (AT da
23 CCPG). Havendo número legal, a **Sra. Presidente** deu início à reunião cumprimentando os
24 presentes e informando que a reunião continuava sendo gravada e à distância por conta das
25 questões de prevenção do Covid. Informou as substituições e apresentou e deu boas-vindas à
26 Profa. Orna Messer Levin, como coordenadora da CPG do Instituto de Estudos da Linguagem.
27 A conselheira **Profa. Orna Messer Levin** agradeceu pelas boas-vindas. A **Sra. Presidente**
28 Informou que iria fazer uma correção da Pauta, encaminhada pela Sra. Juliana, que teve uma
29 inversão dos números dos processos dos Itens 3 e 4. Item 3 processo 01P-21598/2011 e Item
30 4 processo 01P-8533/2021. Dando sequência, colocou em discussão a Ata da Trecentésima
31 Octogésima Quinta (385ª) Reunião Ordinária da CCPG, realizada em 07/07/2021. Perguntou
32 se alguém gostaria de se manifestar. Não havendo, colocou a Ata em votação, com favoráveis
33 permanecendo como estavam e contrários ou abstenções se manifestando pelo chat, que foi
34 aprovada com seis (6) abstenções. Passando para a Ordem do Dia, informou que a mesa

1 destaca os itens 3 e 4, a Alteração da deliberação sobre o Programa de Pesquisador Pós-
2 Doutorado e a Proposta de Deliberação CEPE sobre a prorrogação do prazo de integralização
3 dos alunos. Perguntou se alguém gostaria de fazer algum outro destaque. Não havendo,
4 colocou os itens não destacados da pauta em votação, com favoráveis permanecendo como
5 estavam e contrários ou abstenções se manifestando pelo chat, que foram aprovados por
6 unanimidade. **ORDEM DO DIA. ITEM 1. PROGRAMA DAS ATIVIDADES E CATÁLOGO DOS**
7 **CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - 2022.** (Deliberação CCPG Nº 98/2021). **ITEM 2.**
8 **ACORDOS: a) ACORDO DE COTUTELA A SER FIRMADO ENTRE A UNICAMP (IFCH) E A**
9 **MARTIN LUTHER UNIVERSITÄT HALLE WITTENBERG (ALEMANHA) – SR. EMANUEL**
10 **LANZINI STOBBE MARQUES.** PROC. Nº 09P-18516/2021. IFCH – Parecer favorável exarado
11 pela Profa. Dra. Altair Antoninha Del Bel Cury (Assessora da PRPG) - (Deliberação CCPG Nº
12 99/2021). **b) ACORDO DE COTUTELA A SER FIRMADO ENTRE A UNICAMP (IA) E A**
13 **UNIVERSIDADE DO MINHO (PORTUGAL) – SR. LUIZ ADRIANO DAMINELLO.** PROC. Nº
14 07P-15071/2021. IA – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Altair Antoninha Del Bel Cury
15 (Assessora da PRPG) - (Deliberação CCPG Nº 100/2021). **DESTAQUE: ITEM 3. PROPOSTA**
16 **DE ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CONSU-A-003/2018, DE 03/04/2018, QUE DISPÕE**
17 **SOBRE O PROGRAMA DE PESQUISADOR DE PÓS-DOCTORADO (PPPD) E DÁ OUTRAS**
18 **PROVIDÊNCIAS.** PROC. Nº 01P-21598/2011. PRPG. (Deliberação CCPG Nº 101/2021). A
19 **Sra. Presidente** explicou que o item se tratava de proposta de alteração de uma Deliberação
20 CONSU sobre o Programa de Pesquisador Pós-doc. Lembrou que há tinham iniciado aquela
21 discussão em CCPG anterior sobre como poderiam aperfeiçoá-la, permitindo a inclusão de
22 pesquisadores com outras situações de vinculação ou mesmo de financiamento para que o
23 Programa de Pesquisador Pós-Doc da universidade e algumas unidades, em específico, não
24 perdessem a oportunidade de ter alguns jovens doutores que estavam na universidade e
25 gostariam de fazer parte do programa, mas não estavam se enquadrando nas definições
26 daquela deliberação. Disse que a Profa. Cláudia, da FCM, fez a gentileza e o trabalho de
27 apresentar uma proposta detalhada das possíveis inclusões e sugerindo uma série de
28 inovações no texto, foi montado um documento com as sugestões, que foram discutidas pela
29 PRPG e consideradas todas pertinentes, que estava para aprovação da CCPG. Era o texto, em
30 tabela de comparação das deliberações, que estava sendo apresentado na tela. Os destaques
31 em amarelo eram as indicações de alteração. Disse que antes de abrir para discussão, iria
32 consultar se a Profa. Cláudia gostaria de falar, inicialmente, já que ela conhecia bastante toda a
33 questão, senão, poderia abrir a palavra aos colegas. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna**
34 **Maurer Morelli** disse que gostaria de iniciar a discussão. Agradeceu a atenção que recebeu

1 daquela Pró-Reitoria em relação àquele assunto que considerava importante, não somente na
2 FCM, mas em várias unidades onde tinham profissionais no mercado que gostariam de fazer o
3 seu pós-doutoramento, que possuíam algum vínculo, mas que estavam perdendo aqueles
4 profissionais que poderiam contribuir muito para a pesquisa na universidade e a universidade
5 também contribuir para a formação. Disse que gostaria de apontar duas questões, a primeira,
6 que não perderiam aquelas pessoas para outras instituições. E a segunda questão, seria o que
7 representaria para um jovem docente ter a supervisão de um pós-doutorado. Disse que aquilo
8 era pré-requisito e parte da avaliação na progressão e pedidos de recursos para pesquisa.
9 Acreditava que aquela mudança poderia colaborar bastante, não somente para não perderem
10 aqueles profissionais, mas também para alavancarem o currículo dos seus jovens docentes.
11 Achava que aquela diferenciação entre pós-doutorando e professor colaborador, que eram
12 categorias diferentes, e aquela supervisão faria diferença. Agradeceu o espaço e a
13 consideração em trazer aquele assunto para discussão no plenário. A **Sra. Presidente** disse
14 que a palavra estava aberta para todos. O conselheiro **Prof. Luiz Fernando Bittencourt**
15 cumprimentou os presentes e comentou que não tinha participado das discussões, mas a sua
16 dúvida era de uma questão que já vinha da deliberação anterior, que era a limitação de tempo.
17 Tinha um limite de cinco anos. A **Sra. Presidente** respondeu afirmativamente. O conselheiro
18 **Prof. Luiz Fernando Bittencourt** perguntou se aquele limite tinha alguma coisa regimental, se
19 o pós-doc quisesse ficar mais de cinco anos, ele não poderia ficar por algum motivo legal ou
20 era uma limitação simplesmente regimental da Unicamp. A **Sra. Presidente** respondeu que era
21 uma limitação colocada pela Deliberação do Conselho Universitário (CONSU). Além do que, a
22 rigor, tudo era um convênio entre o pesquisador e a universidade, embora aquele tivesse
23 nomenclatura diferente, mas o prazo de cinco anos era meio que regia um pouco aqueles
24 comprometimentos, aqueles compromissos. Disse que não se lembrava de nenhuma
25 discussão anterior, no passado, chamando a atenção para aquele prazo, porque na verdade o
26 pós-doc era um meio termo. Os jovens docentes ou jovens doutores que acolhiam, eles
27 estavam no seu intermédio para conseguir uma colocação ou para ir para algum lugar ou,
28 enfim, para fazer o seu currículo ou até para definir um pouco sua pesquisa. Disse que
29 entendia que aqueles poderia ter sido os parâmetros definidos em algum momento no
30 passado, mas não era um número mágico, ele deve ter sido sugerido de alguma discussão,
31 mas, de fato, vinha regendo tudo naquele aspecto. O conselheiro **Prof. Luiz Fernando**
32 **Bittencourt** disse que não se lembrava de em outras unidades ter visto aquele limite, mas
33 poderia ser uma questão que não tivessem acesso naquele momento para ter aquela resposta
34 correta, mas que cinco anos improrrogáveis, a pessoa não poderia ficar mais mesmo que

1 tivesse uma bolsa ou algo parecido. Era somente uma curiosidade. A **Sra. Presidente**
2 respondeu que não conhecia alguma regulamentação que permitisse uma expansão daquele
3 prazo. Comentou que talvez porque não fosse muito regular você ter uma bolsa de cinco anos
4 que fosse prorrogável por mais tanto. Se houvesse, seria fantástico, inclusive para os
5 pesquisadores da universidade. Disse que achava que a discussão veio daquela ideia de que
6 os cinco anos regia um pouco aqueles compromissos com a universidade. O conselheiro **Prof.**
7 **Luiz Fernando Bittencourt** agradeceu. A **Sra. Presidente** passou a palavra para o Prof.
8 Sávio. O conselheiro **Prof. Sávio Souza Venâncio Vianna** cumprimentou os presentes e disse
9 que tinha dois pontos, um mais específico em relação ao documento e queria aproveitar e
10 comentar em cima da fala do Prof. Luiz Fernando. Disse que achava bastante saudável a ideia
11 de ter o limite de cinco anos, era assim em boa parte das universidades de ponta, porque o
12 pós-doutoramento era um estágio na área científica, após o doutorado, onde, em geral, aquele
13 acadêmico, aquele profissional que tinha o desejo de seguir na área acadêmica intensificava as
14 publicações, aprendia um pouco mais sobre a submissão de projetos, ou seja, ele estaria mais
15 próximo daquele ambiente até que ele viesse a conseguir uma posição na universidade, o que
16 em média era em torno de dois anos para conseguir um apontamento como um professor
17 assistente, assim acontecia nos Estados Unidos, e como *lecturer* na Europa, até que ele
18 tivesse posição do *tenure-track* como professor associado. Disse que o sistema brasileiro era
19 um pouquinho diferente, mas a ideia de ter os cinco anos era exatamente de ter uma
20 rotatividade, o que era muito saudável para a universidade, e para que aquele indivíduo não
21 ficasse eternamente naquela posição. Aquela posição, entre aspas, eternamente, deveria ser
22 por um cargo de pesquisador que era o que acontecia no exterior, ele seria um pesquisador
23 associado, ganharia o mesmo salário de um professor de nível 1, sem as obrigações de ter de
24 dar aula, ou seja, ele seria focado na pesquisa. Acreditava que aquele fosse o motivo pelo qual
25 o CONSU colocou o limite. A ideia era que, preferencialmente, deveriam vir pessoas de fora da
26 Unicamp, aquilo seria o ideal para oxigenar o ambiente, ter outras ideias e, depois daquele
27 período, aquele profissional deveria estar apto a galgar a própria carreira dele. Comentou que
28 quando terminou o doutorado, eram convidados delicadamente a irem embora da universidade
29 e procurar um apontamento numa outra universidade e depois de pelo menos dois anos seriam
30 muito bem-vindos se quisesse voltar numa posição de docente, pós-doc ou pesquisador
31 associado. Disse que era muito saudável ter aquela mudança, o que já no Brasil ocorreu muito
32 pouco, pela própria natureza da carreira como professor, onde a mobilidade era muito mais
33 engessada, normalmente faziam carreira numa universidade só, enquanto no exterior
34 raramente uma pessoa entrava numa universidade na posição de professor nível 1 e terminava

1 a carreira naquela mesma universidade, circulava muito mais. Acreditava que o motivo era
2 aquele que motivou aquela discussão no CONSU. Quanto ao documento, tinha uma dúvida na
3 linha com o que a Profa. Cláudia falou no início, que era no § 4º do art. 3º, em que falava que
4 quando não havia pagamento, quando não tinha bolsa, ficava obrigatório que o pós-doc
5 deveria se dedicar integralmente à atividade, que estava escrito, “deverão ser em tempo
6 integral”. Disse que pensava que talvez não precisassem ter aquela obrigatoriedade. Se ele
7 tivesse uma outra atividade, ele teria um mínimo de vinte e quatro, mas se ele não tivesse
8 pagamento, obrigatoriamente ele teria de ficar com dedicação exclusiva e integral. Se o
9 objetivo era ter gente, o que ajudava muito, talvez pudesse ser um pouco mais flexível e falar
10 que era desejável, e trabalhar com o mínimo de vinte e quatro. Não sabia quais foram as
11 motivações para fazer aquele texto, de repente, era importante escutar um pouquinho e
12 decidirem se manteriam daquele jeito ou se flexibilizariam um pouco, porque a pessoa não teria
13 um salário. Citou como exemplo, se a pessoa tivesse um emprego numa Anhanguera ou em
14 qualquer outra universidade onde o atuava até para ganhar experiência, em tese, ele não
15 poderia fazer isso, ele teria de estar *full time* num pós-doc em que ele não estaria recebendo,
16 então, aquela era a dúvida que surgiu. Agradeceu. A **Sra. Presidente** disse que iria passar a
17 palavra para o Prof. Enelton e para a Profa. Bárbara, e na sequência para Profa. Cláudia
18 responder ao Prof. Sávio. O conselheiro **Prof. Enelton Fagnani** cumprimentou os presentes e
19 disse que achava fantástica aquela iniciativa, que já perderam muitas pessoas boas porque
20 não tinham mecanismos para mantê-las mais tempo, então achava que era bastante positivo. A
21 sua preocupação, pensando no seu programa, sabia como as coisas funcionavam um pouco
22 diferente, tinha um pouco de receio de ser um vínculo de inércia que costumavam chamar,
23 porque às vezes a pessoa fazia o mestrado, doutorado e se terminava o doutorado sem ter
24 muitas perspectivas, naquele caso ela conseguiria já entrar no pós-doutorado onde estava e
25 ficaria até conseguir alguma coisa melhor, mais concreta e sairia. Disse que já previa, no caso
26 do seu programa, muitas desistências porque muitos iriam tentar entrar sem bolsa até
27 conseguir coisa melhor, mais palpável, mais concreta, enfim, que era fácil de entender, porque
28 as pessoas querer se colocar no mercado, irão prestar concursos e iriam ficar no pós-doc sem
29 a bolsa só para manter um vínculo com a universidade. Não sabia até que ponto que aquilo
30 poderia prejudicar o programa. Repetiu que para muitos seria positivo, porque iriam segurar
31 pessoas que produziam, mas também dariam a oportunidade ou aquela brecha para que
32 alguns que não produziam, por inércia, continuassem ali sem produzir muito. Não sabia até que
33 ponto aquilo poderia prejudicar o programa ou não, porque do jeito que estava atualmente,
34 mesmo com bolsa, os pós-doc saiam se eles conseguiam coisa melhor, se eles prestassem um

1 concurso numa federal ou mesmo numa estadual eles saiam, mas era mais difícil, e tendo a
2 bolsa eles tinham um comprometimento maior, eles realmente produziam, eles tinham
3 relatórios. Se bem que sem bolsa também teria relatório, mas lhe parecia um vínculo, você
4 pegar um professor que era colaborador, que já era um vínculo menor, de menos
5 compromisso, aquela pessoa orientar um pós-doc. Não sabia até que ponto que aquilo poderia
6 também ficar gerando um monte de processo o tempo todo, de desistências, só para as
7 pessoas ficarem se mantendo com vínculo e buscando coisa melhor. Disse que achava aquele
8 lado também um pouco complicado. Não desmerecia a proposta, de maneira alguma, era muito
9 importante a proposta, só que ficava pensando qual seria a autonomia de um coordenador para
10 negar uma coisa daquela, por exemplo, porque estando escrito na deliberação a pressão era
11 muito forte para que aprovasse. Citou como exemplo um professor colaborador que não
12 estivesse produzindo muito, e ele quisesse orientar um aluno que não estivesse com vínculo
13 empregatício, não iria conseguir se manter muito tempo, estava nítido que era um trampolim, e
14 perguntou se ele poderia negar aquilo. Ele teria respaldo para negar. Eram coisas que ficava
15 se perguntando. Agradeceu. A **Sra. Presidente** passou a palavra para a Profa. Bárbara. A
16 conselheira **Profa. Bárbara Geraldo de Castro** cumprimentou os presentes e disse que,
17 primeiramente, queria parabenizar o trabalho realizado na reforma do Programa de pós-doc, e
18 na verdade, era uma dúvida que tinha. Comentou que tinham conversado em algumas
19 reuniões anteriores que tinha aquele impedimento de os professores aposentados
20 supervisionarem os pós-docs. Disse que leu no documento e disse que estava entendendo que
21 não tinha nada aquilo tratado explicitamente, mas que se houvesse um professor ou
22 pesquisador colaborador que se enquadrasse naquela categoria de aposentado, ele poderia
23 ser supervisor daquele pós-doutorado. A sua dúvida era sobre a questão dos aposentados e se
24 a questão do vínculo resolveria ou não. Agradeceu. A **Sra. Presidente** passou a palavra para o
25 Prof. Ernesto. O Prof. Ernesto Kemp cumprimentou os presentes e informou que estava
26 substituindo o Prof. Orlando, do IFGW. Disse que tinha uma dúvida no art. 3º, § 2º. Comentou,
27 como exemplo, que existiam muitos casos de pós-doc que estava dando aula numa
28 universidade particular, na grande maioria dos casos, aqueles professores estavam sendo
29 contratado por um regime em que tinham de abrir uma microempresa e vendiam o serviço
30 como prestadores de serviços para aquelas universidades. Em geral, eles eram os
31 proprietários da empresa, os únicos funcionários, ou seja, ficava numa situação meio esquisita.
32 Perguntou se a pessoa poderia se auto certificar, se auto autorizar a exercer aquela atividade.
33 Como ficaria naquele caso. Disse que não tinha a compreensão de como uma pessoa poderia
34 autorizar a ela mesma exercer uma determinada atividade. A **Sra. Presidente** disse que iria

1 passar a palavra para a Profa. Cláudia, mas antes iria fazer três comentários. Disse que um
2 deles era sobre a pergunta do Prof. Ernesto, porque no caso do art. 3º, § 2º, mesmo que
3 alguém abrisse uma firma própria para prestar serviços para algum lugar, aquele lugar teria de
4 saber que ele não iria prestar serviços, porque ele iria virar um pós-doc de algum lugar e iria se
5 afastar. Se ele estava dando aula, se ele prestaria serviços dando aula na universidade x e era
6 aquilo que ele estava dizendo para a unidade que iria analisar a sua proposta de pós-
7 doutoramento, aquela universidade x daria ciência de que ele não estava mais dando aula.
8 Aquela era a ideia e não ser dono do tempo e do trabalho dele. Onde ele prestava serviço ele
9 não estaria mais prestando serviço por um tempo, ele estaria se afastando para fazer o
10 programa de pós-doutoramento. Era assim que entendia dos colegas, enfim, que
11 autonomamente definiam ter a sua própria empresa. A outra questão era a que o Prof. Enelton
12 comentou, sobre como seria o controle ou alguma ingerência sobre o ingresso daquele
13 pesquisador. Disse que o art. 3º, § 1º, dizia que a solicitação iria passar pela unidade e ela
14 seria aprovada na congregação de uma unidade de ensino e pesquisa ou do conselho de um
15 centro ou núcleo. Disse que a unidade, internamente, e não precisava estar numa Deliberação
16 CONSU, decidia os próprios alunos não deveriam fazer pós-doc, ela poderia fazer isso como
17 uma maneira de trabalhar aquele acolhimento ou não de colegas, recém-doutores. A regra era
18 interna e ficava a cargo da unidade e do programa não querer ter seu próprio aluno como pós-
19 doc. E a última coisa, respondendo à Profa. Bárbara, sobre a questão dos pesquisadores
20 aposentados, disse que já encaminharam aquilo para a CGU fazia um tempo, que ela
21 continuava parada. Que foi pedido que tivesse alguma celeridade porque eram coisas
22 diferentes. Ali, de fato, era uma deliberação do pesquisador pós-doutorado. A questão do
23 professor aposentado, inclusive da Unicamp, era uma outra regulamentação. Perguntou à
24 Profa. Cláudia se gostaria de responder e depois passavam para outra rodada de perguntas. A
25 conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** disse que a Profa. Rachel tinha explicado
26 bem, mas que queria reforçar, em relação à flexibilização colocada pelo Prof. Savio, que
27 achava que poderia realmente discutir aquilo, porque a flexibilização era desejável e foi o que
28 motivou a fazerem aquela modificação, para não perderem aquelas pessoas. Entendia que
29 para aquela flexibilização teriam de colocar um mínimo de dedicação para que também aquela
30 pessoa entrasse e realmente produzisse. Disse que ter pelo menos vinte e quatro horas
31 achava bastante favorável. Disse que a questão levantada pelo Prof. Savio, de que exigiam
32 dedicação integral para aquele que não tinha bolsa, que poderiam enquadrar também nas vinte
33 quatro horas, minimamente, para aquele que não tinha bolsa. A **Sra. Presidente** perguntou se
34 seria no § 4º. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** respondeu

1 afirmativamente, que concordava que ficava meio incongruente exigir de quem não tinham a
2 bolsa. Então, minimamente, vinte e quatro horas. Em relação ao que o Prof. Enelton falou
3 sobre prejudicar o programa, concordou com a fala da Profa. Rachel. Disse ao Prof. Enelton,
4 que na realidade, na balança, a universidade iria ganhar e muito. Como sugerido pela Profa.
5 Rachel, o programa poderia colocar aquelas limitações, mas entendia que muito mais do que
6 ficar segurando uma pessoa que acabou, um recém-doutor, achava que aqueles programas
7 atraíam bastantes pessoas de fora e que ganhavam aquele espaço que naqueles dias estava
8 bastante limitado. Entendi que na balança o ganho seria maior quando fizessem aquela
9 flexibilização e que achava que o peso que o pós-doc tinha para a avaliação do programa não
10 era que, de fato, assustasse muito numa avaliação da CAPES, por exemplo. Achava que,
11 inclusive, era desejável que tivessem aqueles jovens doutores agregados ao programa, muitos
12 deles naquela categoria de jovem pesquisador doutor, no qual ele poderia, inclusive, orientar.
13 Disse que incentivavam bastante aquilo nos programas, naquele período de sete anos que a
14 CAPES deu aquela relação àquilo, era uma forma de agregar aqueles jovens docentes nos
15 programas, porque eles vinham cheios de força, energia, muitos deles com recursos de auxílio
16 e pesquisa. Era uma maneira de agregarem aqueles jovens pesquisadores, inclusive para
17 iniciar a vida de orientação, então, na balança, acabavam saindo ganhando. Sobre os
18 aposentados, disse que não sabia responder, mas que a Profa. Rachel já tinha respondido e
19 que poderiam consultar a Sra. Silvana, que conhecia bastante de legislação. A **Sra. Presidente**
20 agradeceu à Profa. Cláudia e passou a palavra para o Prof. Ariovaldo. O conselheiro Prof.
21 **Ariovaldo José da Silva** cumprimentou os presentes e disse que as Profas. Rachel e Cláudia
22 esclareceram a sua dúvida. Disse que ia perguntar sobre a carga horária mínima, que leu o
23 documento muito rapidamente. Comentou que naquele caso de o aluno ter uma ME, que
24 inclusive passaram por aquilo na distribuição de bolsa, que descobriram um aluno que tinham a
25 ME e ficaram na dúvida, porque na legislação não deixava especificado no caso de um aluno
26 que tivesse uma ME. A **Sra. Presidente** perguntou se ele estava falando de uma
27 microempresa. O conselheiro Prof. **Ariovaldo José da Silva** respondeu afirmativamente, ou
28 que ele teria de abrir uma empresa individual para prestar o serviço. Disse que aqueles casos
29 vinham aparecendo com frequência. Parabenizou também aquela iniciativa de flexibilizar o
30 ingresso do aluno. Comentou que também passaram por aquela experiência de aluno muito
31 bom que não pôde entrar no programa porque não atendia os critérios. Disse que a questão
32 que estava pensando, acreditava que ele teria de assinar um termo de compromisso de horário
33 com o programa, porque se ele estava prestando serviço de quarenta horas numa instituição
34 privada, seria difícil ter as vinte e quatro horas para somar e se comprometer como pós-doc,

1 iria ficar muito a cargo da unidade. Não sabia se no documento tinha alguma coisa que fizesse
2 com que ele dividisse o tempo. Que tinha vinte e quatro horas para o seu pós-doc na Unicamp
3 e só poderia trabalhar mais vinte ou no máximo quinze horas e teria de amarrar aquele
4 compromisso. Disse que era o que tinha acontecido com eles, perguntavam onde ele iria
5 arrumar tempo na universidade, se tinha quarenta, trinta horas. Acabavam tendo de assumir
6 um compromisso com ele de ele ou encerrar ou paralisar a atividade daquela empresa dele e
7 se comprometer com o programa. Agradeceu. A **Sra. Presidente** disse que antes de passar a
8 palavra para o Prof. Ernesto, iria complementar para o Prof. Ariovaldo, talvez colocar o anexo,
9 que era o termo de compromisso, exatamente daquele mínimo de horas, porque ele era um
10 prestador de serviço, ele não poderia estar prestando um serviço com contrato de quarenta
11 horas, então, ele teria de mostrar para quem vai aprová-lo, para a unidade onde ele apresentou
12 a sugestão de pós-doc, que ele teria, iriam decidir, o mínimo de vinte e quatro horas decididas ao
13 pós-doc. Que mesmo tendo aquele contrato, ele estava com a concessão de usar vinte e
14 quatro horas do seu tempo para fazer o pós-doc. Disse que poderiam incluir no termo que ele
15 assinava, no anexo II, que achava que era o mais adequado. O conselheiro Prof. **Ariovaldo**
16 **José da Silva** respondeu que estava certo. A **Sra. Presidente** passou a palavra para o Prof.
17 Ernesto. O **Prof. Ernesto Kemp** disse que queria um esclarecimento para ter certeza de que
18 estava interpretando corretamente. Perguntou se no § 2º, quando dizia termo de ciência ou
19 documento que comprovasse o vínculo empregatício, o termo de ciência caía naquela
20 categoria que a Profa. Rachel mencionou de que a instituição que estava mantendo uma
21 relação de prestação de serviços reconhecesse e soubesse que a pessoa estava executando.
22 A **Sra. Presidente** respondeu afirmativamente. O **Prof. Ernesto Kemp** perguntou se estava
23 naquele tempo de ciência. A **Sra. Presidente** respondeu afirmativamente. O **Prof. Ernesto**
24 **Kemp** agradeceu. A Sra. Presidente passou a palavra para o Prof. Marcos. O conselheiro **Prof.**
25 **Marcos Junior Rider Flores** cumprimentou os presentes e disse que tinha uma dúvida do
26 papel do professor visitante, porque no art. 3º, inciso II, que falava que também o professor de
27 uma outra instituição poderia entrar na figura de PPPD. Perguntou se a figura do professor
28 visitante continuaria existindo ou estaria competido com o professor visitante. Disse que não
29 conseguiu entender a diferença. A **Sra. Presidente** respondeu que um professor visitante
30 poderia ter outras formas de se vincular à universidade, inclusive no tempo, porque o pós-doc
31 estava com um tempo bem definido, variado, mas bastante definido. O professor visitante
32 poderia ter outra conotação, ele poderia ficar seis meses, se fosse o caso, ou poderia ficar um
33 tempo maior, dependendo do vínculo. Disse que ali era o Programa de Pós-doc, que era
34 diferente do professor visitante. Aquela clareza daquelas nomenclaturas, enfim, embora fossem

1 variantes todas ali, mas elas eram diferentes, seria outra regulamentação. O conselheiro **Prof.**
2 **Marcos Junior Rider Flores** perguntou como ficaria o professor temporário. Qual era a
3 diferença entre a mudança com o PPPD e o professor temporário. A **Sra. Presidente**
4 respondeu que entendia que não afetava muita coisa. Era um programa fechado, específico,
5 não afetava nenhuma outra regulamentação. Professores temporários eram aqueles que às
6 vezes vinham para a universidade coorientar alguém, por exemplo. Eles eram professores
7 temporários e seriam credenciados como tais. Disse que era outra regulamentação, outro
8 vínculo, outra definição do tempo e trabalho na universidade. O conselheiro **Prof. Marcos**
9 **Junior Rider Flores** disse que antigamente quando estava fechado, ou quando o pós-
10 doutorado só podia participar com bolsa, sabiam as atividades e como e quem poderia entrar.
11 Ficou um pouco mais livre, mas achava que poderia fazer confusão. A **Sra. Presidente**
12 respondeu que se ele olhasse no Art. 3º, § 2º, estava dizendo que o professor visitante, do
13 Programa de Pesquisador Visitante, convidado, pesquisador colaborador, poderia ser o
14 supervisor do pós-doc. Não havia confusão entre um e outro, as funções estavam definidas.
15 Estava escrito que o pesquisador pós-doc seria supervisionado por um docente da Unicamp ou
16 pesquisador colaborador, programa de pesquisador visitante, convidado. Não havia confusão,
17 o pesquisador visitante era outro vínculo com a Unicamp. O conselheiro **Prof. Marcos Junior**
18 **Rider Flores** agradeceu. A **Sra. Presidente** passou a palavra para o Prof. João. O conselheiro
19 **Prof. João Batista Fogagnolo** cumprimentou os presentes e disse que não entendeu a
20 filosofia que estava por trás dos incisos I, II e III e do art. 3º. Disse que ele deveria ter
21 financiamento de bolsa mais a concessão de afastamento, e o terceiro era sem bolsa e sem
22 financiamento e que não se enquadrasse nos incisos anteriores. Pediu uma explicação, porque
23 não terminou de entender aquelas limitações para a pessoa poder entrar no programa. A **Sra.**
24 **Presidente** respondeu que era *ou*, porque ele ou teria financiamento de bolsa do CNPq,
25 FAPESP, enfim, poderia ser qualquer agência financiadora científica, ou bolsa, até pela
26 Unicamp, dependendo de convênio de pesquisa, a Unicamp também poderia definir aquilo, de
27 convênio com alguma empresa, ou com afastamento. Se ele tivesse vínculo de professor do
28 Piauí, e ele queria vir fazer pós-doc na Unicamp, teria de ter a concessão do afastamento
29 remunerado daquela instituição e a ciência de que ele estava fazendo pós-doc na universidade.
30 E quem não tivesse bolsa ou financiamento teria aquele termo de compromisso, que era o
31 anexo II, que até estavam falando de, eventualmente, o pesquisador ter sua própria
32 microempresa e prestar serviços. Eram excludentes, porque no caso, do exemplo que deu, de
33 um professor do Piauí, ele poderia conseguir uma bolsa numa agência financiadora, no CNPq,
34 para fazer um pós-doc na Unicamp. Aquele seria um caso que teria algo acumulado, não era

1 uma exclusão, evidentemente, mas o documento de que ele viria com financiamento do CNPq,
2 portanto, ele certamente teria o termo de ciência da universidade federal ou de qualquer outra
3 em que estivesse vinculado. Aqueles eram documentos meio que naturais de quem estava
4 fazendo um programa de pós-doc financiado. O problema que achava que existia era quando
5 você queria criar o vínculo de definir as formas de vinculação quando tivesse no inciso III, que
6 era quem não tinha financiamento, quem não tinha bolsa, quem tinha um contrato de trabalho
7 em algum lugar com a sua própria microempresa e precisava daquele termo de compromisso
8 específico. Aqueles eram os pontos mais distintos. Perguntou ao Prof. João se tinha
9 esclarecido a questão. Complementou que entendia que tinham duas importantes sugestões
10 de mudança, a de flexibilização para aquele que não tivesse bolsa, que na deliberação
11 constava como tempo integral, tirando o tempo integral e deixando no mínimo vinte e quatro
12 horas, no § 4º do art. 3º, e no termo no anexo II definir que era preciso ter um termo de
13 conhecimento, de que se ele tivesse contrato de trabalho ele estaria cedendo horas para fazer
14 o pós-doc. Precisavam elaborar aquilo corretamente. O conselheiro **Prof. João Batista**
15 **Fogagnolo** agradeceu. A **Sra. Presidente** passou a palavra para a Profa. Heloísa, e na
16 sequência o Prof. Elias. A conselheira **Profa. Heloísa Helena Pimenta Rocha** cumprimentou
17 os presentes e disse que achava bem interessante aquela minuta da regulamentação do pós-
18 doc. Concordava com as ponderações da Profa. Cláudia de que aquilo realmente iria
19 possibilitar receber muitas pessoas que vinham os procurando nos últimos tempos, mas que
20 esbarravam naquelas condições de não ter um financiamento, do fechamento das agências, da
21 mutação na concessão das bolsas. Disse que ficou com uma dúvida no art. 11, que estava na
22 página 186, na proposta de redação, que lhe parecia que sobrou um pedacinho que entrava
23 em conflito com a redação. No texto dizia que por motivo de término do prazo, o pesquisador
24 poderia pleitear uma renovação, desde que o limite máximo de permanência não tivesse sido
25 atingido. Disse que ficou em dúvida naquela relação entre por mítico de término do prazo e
26 limite máximo de permanência, ao que se referia. A **Sra. Presidente** respondeu que entendia
27 que o que estava sendo dito era que se o projeto de pós-doc fosse de dois anos ou de quatro
28 anos e a Unicamp definia que o máximo era cinco anos, então, ele poderia pleitear uma
29 renovação para mais um ano. Era aquilo que se imaginou dizer ali, não sabia se melhorariam
30 aquela redação. A conselheira **Profa. Heloísa Helena Pimenta Rocha** disse que era na versão
31 anterior, por motivo de cessação do financiamento. A **Sra. Presidente** concordou. A
32 conselheira **Profa. Heloísa Helena Pimenta Rocha** disse que quando transpusesse o prazo,
33 talvez ele tivesse de esclarecer do projeto inicial ou algo parecido. A **Sra. Presidente**
34 respondeu que a ideia de mudar o art. 11 foi porque ele falava de financiamento, da bolsa, do

1 término de prazo. Tiraram aquelas definições, terminou o prazo, por qualquer que fosse o
2 motivo, acabou o prazo, a bolsa, o projeto, mas ele quisesse pleitear a renovação. Se fosse de
3 três anos, ele poderia pleitear mais dois, sob avaliação da unidade em que ele estivesse
4 colocando aquele pleito, mas achava que aquilo não tinha ficado claro no art. 11 e talvez
5 pudessem melhorar a redação. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** sugeriu
6 que colocasse por motivo de término de prazo inferior a cinco anos. Deixaria claro que ele tinha
7 um convênio. Se fosse menor do que cinco anos, ele poderia pedir renovação até o prazo
8 máximo estipulado. A **Sra. Presidente** disse que estava perfeito, por motivo de término do
9 prazo inferior a cinco anos, ou de um prazo inferior a cinco anos. A conselheira **Profa. Cláudia**
10 **Vianna Maurer Morelli** respondeu afirmativamente. A **Sra. Presidente** perguntou à Profa.
11 Heloísa se resolveria a questão. A conselheira **Profa. Heloísa Helena Pimenta Rocha**
12 respondeu afirmativamente, que esclarecia que ainda nem limitava a questão do
13 financiamento, nem precisava detalhar muito mais. Disse que conciliava com o texto final e
14 agradeceu. A **Sra. Presidente** pediu à Sra. Juliana que anotasse as alterações e passou a
15 palavra para o Prof. Enelton. O conselheiro **Prof. Enelton Fagnani** disse que ainda sobre o §
16 4º, do art. 3º, que estavam dizendo que talvez precisasse mudar, mas para ele estava claro.
17 Estava dizendo que para os pós-doutorados bolsistas, sem vínculo empregatício, que era mais
18 ou menos automático. Se ele era bolsista, que achava que não poderia nem ter vínculo
19 empregatício, para os pós-doutorados bolsistas a participação e a dedicação era tempo
20 integral. E, para aqueles nos incisos II e III, que caía no caso daquele que não tivesse bolsa, a
21 dedicação era de no mínimo vinte e quatro horas. Para ele estava claro e achava que não
22 precisava mudar nada. Falava que era para os pós-doutorados bolsistas. A **Sra. Presidente**
23 respondeu que o pós-doc bolsista poderia ter vínculo. Poderia ter um pós-doc jovem que era
24 professor da Unicamp e conseguia bolsa da FAPESP para fazer alguma outra coisa. O
25 conselheiro **Prof. Enelton Fagnani** disse que se era dedicação exclusiva, era tempo integral, e
26 o que não fosse bolsista, cairia no inciso III com dedicação mínima de vinte e quatro horas.
27 Achava que estava claro. A **Sra. Presidente** perguntou se a sugestão dele era não mudar
28 aquele parágrafo. O conselheiro **Prof. Enelton Fagnani** respondeu afirmativamente, que
29 achava que não tinha necessidade, que estava claro. A Sra. Presidente perguntou o que a
30 Profa. Cláudia achava. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** respondeu que
31 realmente estava, porque ele englobava tudo o que conversaram e atingia a flexibilização que
32 o Prof. Sávio levantou. O conselheiro **Prof. Enelton Fagnani** comentou que achava que foi
33 talvez um deslize na hora da leitura, porque quando falava para os pós-docs bolsistas sem
34 vínculo, achava que numa leitura muito rápida deu a impressão que era sem bolsa, mas ele era

1 bolsista, sem vínculo. A **Sra. Presidente** complementou que era sem emprego. O conselheiro
2 **Prof. Enelton Fagnani** concordou e complementou que ele teria bolsa, seria tempo integral, e
3 o que não tivesse bolsa seria no mínimo vinte e quatro horas. A **Sra. Presidente** concordou.
4 Disse que foram rápido naquele item e não leram com calma, mas que o Prof. Enelton estava
5 correto. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** respondeu que atingia o objetivo.
6 A **Sra. Presidente** respondeu que então naquele item não haveria mudanças. Tinham
7 mudanças onde a Profa. Heloísa chamou a atenção, no art. 11. Passou a palavra para o Prof.
8 Luiz Fernando. O conselheiro **Prof. Luiz Fernando Bittencourt** desculpou-se, achava que
9 tinha atrasado um pouco no comentário, mas ainda em relação àquela discussão que estava
10 sendo feito anteriormente, estava relendo e tinha uma dúvida, se, por exemplo, ele poderia ter
11 alguém que tivesse um vínculo empregatício numa empresa ou em outra instituição, em tempo
12 parcial com bolsa. Se aquilo seria possível com aquela redação. A **Sra. Presidente** perguntou
13 se ele dizia no § 4º. O conselheiro **Prof. Luiz Fernando Bittencourt** respondeu que era o art.
14 3º e o § 4º, a combinação das duas coisas, permitiria que, por exemplo, tivesse um pós-doc
15 que tivesse um vínculo empregatício, tivesse uma autorização e bolsa. Se estaria contemplado
16 na deliberação. A **Sra. Presidente** respondeu afirmativamente, porque os incisos I e II
17 poderiam ser cumulativos. Ele poderia ter financiamento de bolsa e ter o afastamento da
18 instituição, empresa, não precisava ser somente ensino e pesquisa. Alguém que trabalhasse
19 numa empresa de fibra ótica, e ao mesmo tempo ele ganhasse uma bolsa da FAPESP, ele
20 poderia se instalar no programa de pós-doc. O conselheiro **Prof. Luiz Fernando Bittencourt**
21 perguntou com no mínimo vinte e quatro horas. A **Sra. Presidente** respondeu afirmativamente.
22 O conselheiro **Prof. Luiz Fernando Bittencourt** disse que a outra questão daquele § 4º era
23 porque deveria ser em tempo integral as atividades no projeto, então aquilo não implicaria
24 tempo integral de quarenta horas, no seu projeto ele poderia estar escrito que a prestação seria
25 de vinte e quatro horas, por exemplo. A **Sra. Presidente** respondeu que o projeto era livre para
26 o pesquisador elaborar e a unidade da Unicamp era livre para definir que aquilo era adequado
27 e fazia o termo de compromisso. O conselheiro **Prof. Luiz Fernando Bittencourt** agradeceu.
28 Era para ter certeza de que aquelas duas formas estariam contempladas. A **Sra. Presidente**
29 passou a palavra para o Prof. Elias. O **Prof. Elias Basile Tambourgi** comentou que o Prof.
30 Renato fez uma pergunta no chat. A **Sra. Presidente** perguntou ao Prof. Renato ao que se
31 referia os vinte e quatro meses. O conselheiro **Prof. Renato Barroso da Silva** cumprimentou
32 os presentes e disse que estava discutindo o art.11º, que estavam falando que ficou de
33 acrescentar era o prazo mínimo, se fosse inferior a cinco meses. Mas no caso do pós-
34 doutorado que estava no art. 3º, inciso II e III, que ele só teria prazo de vinte e quatro meses.

1 Perguntou como ficaria, porque o prazo dele era menor do que os cinco anos, se ele poderia
2 pedir prorrogação até os cinco anos. A **Sra. Presidente** respondeu que poderia, a unidade teria
3 de conceder. O conselheiro **Prof. Renato Barroso da Silva** perguntou se mesmo o art. 3º
4 estabelecendo prazo máximo para ele de vinte e quatro meses. A **Sra. Presidente** perguntou
5 onde estava escrito, que estava perdida no texto. O conselheiro **Prof. Renato Barroso da**
6 **Silva** disse que estava conferindo se era o art. 3º e desculpou, disse que no § 4º do art. 3º
7 estava falando que para os casos previstos nos incisos II e II. A **Sra. Presidente** completou
8 que seriam vinte e quatro horas semanais, não era meses. O conselheiro **Prof. Renato**
9 **Barroso da Silva** desculpou-se e disse que leu errado. A **Sra. Presidente** conformou que
10 eram vinte e quatro horas semanais, não vinte e quatro meses, porque o prazo máximo seria
11 sempre cinco anos. O conselheiro **Prof. Luiz Fernando Bittencourt** disse que estava no § 9º
12 que a permanência no programa teria duração mínima de seis meses e limitada a cinco anos.
13 A **Sra. Presidente** concordou. O conselheiro **Prof. Luiz Fernando Bittencourt** complementou
14 que casos previstos nos parágrafos I e II a permanência máximo, no programa, seria de vinte e
15 quatro meses. Não estava escrito se era improrrogável ou não. O conselheiro **Prof. Renato**
16 **Barroso da Silva** agradeceu. A **Sra. Presidente** disse que ele não leu errado, apenas trocou o
17 artigo. O conselheiro **Prof. Luiz Fernando Bittencourt** disse que não sabia se era prorrogável
18 ou não os vinte e quatro meses. Achava que aquela era a questão. A **Sra. Presidente**
19 respondeu que quando era improrrogável constava a informação. Naquele caso, poderia ser
20 prorrogável. O conselheiro **Prof. Luiz Fernando Bittencourt** disse que também entendia que
21 sim, da forma como estava escrito. Não sabia se a intenção era aquela, mas acreditava que
22 sim. A **Sra. Presidente** disse que alguém comentou da linguagem jurídica, mas que era
23 exatamente aquilo, quando era improrrogável eles escreviam. Disse que a Profa. Heloísa
24 colocou no chat correção, mas perdeu o que estava escrito. Pediu se ela poderia repetir. A
25 conselheira **Profa. Heloísa Helena Pimenta Rocha** disse que no começo do § 4º desse art. 3º,
26 começava dizendo para os quais doutorados bolsistas, os quais doutorandos. Era somente
27 uma questão de redação. A **Sra. Presidente** respondeu afirmativamente e disse que a Profa.
28 Orna perguntou qual era o parâmetro para definir seis meses. A conselheira **Profa. Orna**
29 **Messer Levin** disse que achava muito pouco mínimo de seis meses para desenvolver projeto
30 para fazer atividade de pesquisa. Disse que estava estranhando aquele mínimo, porque na
31 redação anterior não tinha mínimo, não tinha definição de prazo mínimo, e queria saber qual foi
32 o parâmetro seguido para poder se chegar àquele mínimo de seis meses, porque até onde
33 sabia, geralmente era de um ano, doze meses, prorrogável por mais doze, o que daria vinte e
34 quatro meses de bolsa. Ninguém concedia bolsa por seis meses para desenvolvimento de

1 projeto. Gostaria de saber qual era a razão. A conselheira **Profa. Bárbara Geraldo de Castro**
2 disse que para evitar desligamentos rápidos, no caso de passar em concurso. A conselheira
3 **Profa. Orna Messer Levin** respondeu que a pessoa poderia entrar por doze meses e se
4 tivesse aprovação em concurso ela pediria interrupção, cessaria o contrato, mas achava
5 estranho conceder seis meses como mínimo para um programa de pós-doc, achava muito
6 pouco. Disse que não sabia qual era a opinião dos colegas. A conselheira **Profa. Bárbara**
7 **Geraldo de Castro** concordou. A **Sra. Presidente** respondeu à Profa. Orna que era uma
8 ponderação bastante válida. A conselheira **Profa. Orna Messer Levin** disse que achava
9 estranho aquele mínimo como início, como programa. Achava que se a pessoa tivesse uma
10 razão para pedir a interrupção, ela poderia ser concedida, mas o ponto de partida deveria ser,
11 no mínimo, doze meses prorrogável por mais doze, até o limite de cinco anos. Disse que não
12 sabia, por isso estava perguntando. A **Sra. Presidente** reafirmou que era uma ponderação
13 muito válida e perguntou à Profa. Cláudia se algum caso específico orientou naquela sugestão
14 ou não. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** respondeu negativamente e
15 disse que achava que estava nas outras universidades, mas concordava que um ano seria
16 adequado. Comentou que talvez seis meses porque, aqueles pós-docs também se integravam
17 para ajudar em disciplinas, então, pelo menos, minimamente, o fechamento de um semestre
18 seria o ideal ter aqueles pós-docs, que às vezes estavam inclusive atuando na graduação.
19 Concordava com a Profa. Orna que, realmente, um ano, minimamente, porque pensando no
20 desenvolvimento do projeto, seria mais adequado. Também entendia que ele poderia pedir
21 desligamento de acordo com, se surgisse uma oportunidade para ele. Todos sabiam que
22 realmente poderiam perder pós-docs por conta de oportunidades melhores para a carreira
23 deles, mas concordava. A **Sra. Presidente** disse que seria o caso de eventualmente introduzir
24 algo que dissesse que o tempo mínimo de um pós-doc seria de um ano de permanência na
25 instituição, e retirar aqueles seis meses. Teriam de encontrar uma redação, por conta, se ela
26 fosse atropelada por uma situação, tipo, entrou por um concurso numa universidade, que sua
27 permanência teria de ser, no mínimo, de seis meses, não prendendo a pessoa, mas cumprindo
28 as suas tarefas, no mínimo, por seis meses. Não sabia se fazia sentido para os demais o que
29 tinha acabado de falar, e que teriam de encontrar um termo interessante, porque se estava
30 num curso de graduação, por exemplo, como pós-doc, precisaria acabar aquele curso, então a
31 deliberação talvez devesse garantir que atividades que ele estivesse desenvolvendo na
32 universidade fossem finalizadas, no mínimo, por uns seis meses. Teriam de imaginar uma
33 formulação que desse conta daquilo, sem prendê-lo, mas fazendo com que ele terminasse o
34 que começou em seis meses e dando ao projeto um prazo mínimo de um ano, para iniciar o

1 seu pleito para ser um pós-doc o projeto teria, no mínimo, doze meses de previsão de
2 pesquisa. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** sugeriu minimamente doze
3 meses, mas nunca inferior a seis meses, talvez alguma coisa daquele jeito, justamente por
4 conta da grade semestral. A **Sra. Presidente** concordou que teriam de pensar uma boa
5 formulação. A conselheira **Profa. Orna Messer Levin** disse que poderia estar equivocada, que
6 poderia estar divergindo do que já foi discutido anteriormente, era a sua primeira reunião na
7 CCPG, mas entendia que o programa de pós-doc não era só um programa de docência, era
8 um programa de pesquisa, prioritariamente, de formação, como já dito, de aprofundamento da
9 inserção na área de conexão com redes de pesquisa, publicação, enfim, uma série de coisas.
10 Acreditava que quem ingressava no programa de pós-doc não deveria, imediatamente, dar
11 aula no primeiro semestre, então, do seu ponto de vista quem estava ingressando no pós-doc
12 daria sim um período de oferta de disciplina como parte da sua formação e da contribuição com
13 o programa, eventualmente no segundo semestre já de permanência, por aquele motivo
14 achava que um ano era o mínimo. Disse que se colocassem o foco específico na docência e
15 nos seis meses para favorecer uma das pontas, a instituição que acolhia, que era a Unicamp,
16 estava em desvantagem do ponto de vista da sua escolha das pessoas que ficavam e da
17 contribuição de ambas as partes. Entendia que não teriam de ter um olhar voltado para o
18 interesse do pós-doutorando, era um interesse compartilhado entre o programa e o pós-
19 doutorando. Alguém que fizesse um concurso teria um tempo entre se preparar, fazer as
20 provas, ser contratado. Aquilo não demorava menos de seis meses, a não ser que estivesse
21 enganada, mas não via motivo para que seis meses fosse um prazo razoável para um
22 programa de pós-doc. Se a pessoa entrou e viesse a fazer uma prova no mês seguinte, não
23 teria possibilidade de, em quatro meses, ela já estar contratada e atuando em outra instituição.
24 No seu ponto de vista, achava que a Unicamp deveria estabelecer um ano. Achava que se
25 fosse dar diploma, certificado, aquele era o mínimo para um pós-doc decente, realizado numa
26 instituição que tivesse ensino, pesquisa e extensão, porque, senão, estariam entrando no
27 mercado de pós-doc, bombando o currículo das pessoas que tinham interesse no pós-doc com
28 o título da Unicamp. Disse que a universidade teria de ter um pouco de limitação para dar seu
29 nome. A **Sra. Presidente** respondeu à Profa. Orna que já entraram em consenso que o prazo
30 mínimo seria de um ano. Disse que estavam imaginando se houvesse exceções, alguém que
31 estivesse na universidade há oito meses, porque o mínimo era de um ano, e, de repente,
32 entrasse em algum lugar, iriam solicitar que ele completasse as suas atividades, mas talvez
33 aquilo nem devesse estar escrito, poderia ser algo a ser conversado com o pós-doc. Disse que,
34 de toda maneira, havia um consenso definido de que iriam alterar aquele prazo para um ano,

1 que era o mínimo para ingressar no programa de pós-doc. Informou que o próximo inscrito era
2 o Prof. Sávio. O conselheiro **Prof. Sávio Souza Venâncio Vianna** disse que achava a
3 discussão bastante interessante e queria trazer alguns ingredientes para ajudar na orientação.
4 Primeiro, que era absolutamente incabível falar em diploma, certificado ou qualquer coisa
5 associada a pós-doc. Aquilo não existia, por definição, pós-doc não era um título. Disse que as
6 pessoas ainda no Brasil usavam aquilo de maneira equivocada e se surpreendia aquele que
7 tinham um pós-doc, que fizeram estágio de pós-doutoramento e, obviamente, sabiam
8 exatamente do que se tratava um pós-doc levantar aquela questão. Comentou que um tempo
9 atrás a CAPES andou falando exatamente daquela grande baboseira e que teriam de ter um
10 pouco de cuidado com aquilo. Achava que a Unicamp, que era de excelência, jamais, em
11 momento algum, iria pensar em emitir um certificado ou um título de pós-doc porque aquilo, por
12 definição, não existia. Era somente um comentário que foi levantando em questão. O outro era
13 que sofriam um bias na tomada de decisão, porque até muito tempo atrás, tradicionalmente, as
14 bolsas de pós-doc no país eram financiadas por agências de fomento e, de fato, eram doze
15 meses. Infelizmente, principalmente no último governo, aquilo não era mais realidade. O PNPd
16 estava suspenso, não sabiam quando iria voltar, as bolsas de pós-doc vinham em chamadas
17 específicas. Disse que havia uma variação de bolsa de pós-doc de área para área. E iria falar
18 da área que estava representando. Na Engenharia, naquele momento, no seu programa, a
19 grande maioria das bolsas de pós-doc vinha por meio da ANP, com aquele recurso que as
20 empresas de óleo e gás precisavam usar pela lei do bem e não havia restrição de tempo.
21 Simpatizava muito com o que a Profa. Cláudia colocou porque não era só na área de ensino
22 que regia aquele período, pela experiência que um pós-doc tinha, ele, às vezes, vinha apagar
23 um incêndio e fazia aquilo, mesmo na área de pesquisa, que precisava daquele indivíduo por
24 um tempo menor, que era uma coisa que teriam de colocar na mente que ele vinha porque
25 sabia de uma técnica que iria ajudar, ele iria rodar uns experimentos, fosse no mérito, fosse um
26 experimento classicamente falando, então não havia nenhuma restrição quanto àquilo e era
27 importante terem aquela flexibilização, era um coringa que entrava no projeto e desafogava.
28 Disse que talvez o mais culminante daquilo tudo era que mesmo que decidissem fazer um
29 contrato de, no mínimo, doze meses, por exemplo, nada, absolutamente nada impedia que: 1)
30 desistissem da pessoa porque ela era qualificada, não estava cumprindo com as obrigações
31 com um, dois, quatro meses; e do outro lado também, salvo os concursos. Disse que muita
32 coisa estava mudando no país e aquela mão de obra crítica que estavam formando que não
33 necessariamente iria para a área acadêmica. Eles montavam empresas do tipo Spin-off, iam
34 para empresas de tecnologia de ponta e para um indivíduo que estava fazendo um pós-doc e

1 aparecesse uma oportunidade daquela muito específica, ele iria largar o pós-doc em dois ou
2 três meses, num piscar de olhos, por mais que colocassem doze meses, não iria mudar
3 absolutamente nada, porque, dos dois lados aquele negócio poderia ser rompido a qualquer
4 momento. Disse que gostava da ideia de seis meses, particularmente, por conta do que foi
5 colocado da questão coringa, tanto do lado acadêmico, da parte do ensino, quanto do lado da
6 pesquisa, propriamente dito. Por fim, disse que outro ponto que teriam de ponderar era que
7 poderiam ter um pós-doc que estava entrando no programa e que era muito experiente, que fez
8 um pós-doc em outras universidades e era o primeiro que estaria apto a já entrar na sala de
9 aula e os ajudar, mas não era porque ele era o primeiro pós-doc na Unicamp que ele não era
10 um profissional que tivesse alguma experiência. Disse que caberia ao programa e a pessoa
11 que iria supervisionar o pesquisador a avaliar se ele estava apto a assumir algumas atividades,
12 participar de bancas, ter uma determinada carga horária. Comentou que tinha pós-doc, por
13 exemplo, mesmo da casa, que teve uma experiência grande com o Programa PED e ele já deu
14 algumas aulas que fazia parte do programa. Então, tinha vários ingredientes que mexer nos
15 seis meses e não sabia se do ponto de vista prático iria mudar alguma coisa, porque, como
16 falou, a qualquer momento ele poderia romper. Disse que era aquilo que queria trazer para
17 pensar um pouquinho na discussão. Agradeceu. A **Sra. Presidente** agradeceu ao Prof. Sávio e
18 passou a palavra para a Profa. Heloísa. A conselheira **Profa. Heloísa Helena Pimenta Rocha**
19 disse que enquanto estavam discutindo e já na pergunta inicial do Prof. Luiz Fernando, porque
20 daquele limite de cinco anos, começou a se interrogar aquela questão dos prazos e deu uma
21 varredura nas agências de pesquisa. O limite, no caso, por exemplo, do PNPd eram cinco
22 anos e quanto ao mínimo, tinham nas chamadas do CNPq a possibilidade do pós-doc júnior
23 como do sênior, de seis a doze meses, prorrogáveis por mais doze meses. Disse que achava
24 que aquela era uma questão também para considerarem na baliza dos tempos, qual era o
25 prazo das bolsas com que aqueles candidatos ao pós-doc iriam contar. Ademais, pensar
26 também na questão dos afastamentos das universidades, quando se tratava de um pós-doc
27 que era um colega em outra instituição e das dificuldades todas que tinham nos afastamentos.
28 Agradeceu. A **Sra. Presidente** agradeceu à Profa. Heloísa. Disse que faria um comentário
29 sobre aquela observação, mas que antes passaria a palavra para o Prof. Mauro. O conselheiro
30 **Prof. Mauro Cardoso Simões** cumprimentou os presentes e disse que pensar em seis meses
31 fosse um período de atração de pós-doutores fora do Brasil. Havia uma crise de financiamento
32 também de pesquisa para docentes já consolidados em instituições e citou como exemplo a
33 Europa, de docentes que já manifestaram interesse de fazer um pós-doutoramento na
34 Unicamp, mas a ausência de recurso para pesquisa, de subsídio de bolsas, um prazo de um

1 ano seria muito longo. Tinha também o caso de pesquisadores brasileiros que
2 costumeiramente faziam na Europa um período de pós-doutorado de dois ou três meses, mas
3 não seria o caso. Disse que estava pensando num cenário em que, diante de um concurso,
4 iriam avaliar dois pós-docs, um que fez um período de dois ou três meses e um que fez no
5 período de um ano. Disse que estava imaginando que aquele início de seis meses seria um
6 parâmetro interno da Unicamp para recepção de pós-docs, mas, ao mesmo tempo, orientaria
7 outras instâncias de avaliação. Sugeriu o encaminhamento da permanência daquele parâmetro
8 inicial dos seis meses. Disse que a discussão estava muito boa e agradecia por todos os
9 comentários. A **Sra. Presidente** disse que estavam voltando ao debate sobre o prazo mínimo.
10 Disse que o argumento da Profa. Orna, anterior, era de que a Unicamp teria de dar ideia para o
11 seu público pleiteante a ser um pós-doc era de que fazer pesquisa como pós-doc ou vincular-
12 se à instituição como pós-doc não poderia ser algo menor do que um ano, fosse porque as
13 pesquisas tinham tempo de maturação, porque o trabalho na instituição requeria primeiro a sua
14 adaptação e depois que ele iria dar uma aula, que iria assumir uma turma de graduação ou
15 pós-graduação, enfim, aquela era a ideia que passariam como instituição colocando o prazo de
16 um ano. E o Prof. Mauro estava colocando que não era bem assim, porque tinham outros tipos
17 de pleitos. Poderiam ter professores renomados, consolidados e, sobretudo, internacionais que
18 queriam ficar na universidade por um tempo, e que ninguém ficaria por um ano. Não estavam
19 pensando mais em atividades remotas, que estavam fazendo uma coisa perene, e as pessoas
20 teriam de vir para a Unicamp. Aquilo era algo para ficar como deliberação CEPE, não era algo
21 da retomada. Se era algo para ficar, alguém do exterior viria para a universidade, poderia ficar
22 um ano no Brasil ou apenas seis meses, dando conta da sua pesquisa, conversando com
23 pesquisadores, enfim, nucleando inclusive alguma área ou tema específico. Era um caso a se
24 pensar, e disse que o Prof. Mauro colocou uma questão importante. Colocou aos demais
25 colegas aquela discussão, porque poderiam voltar aos seis meses, se aquele fosse o cenário
26 de perspectivas, que aqueles pleitos poderiam ser muito interessantes, enfim, e não estariam
27 mais no texto, se mudassem para um ano. Passou a palavra para o Prof. Savio. O conselheiro
28 **Prof. Sávio Souza Venâncio Vianna** disse que a discussão era muito interessante e
29 pertinente. Disse, novamente que tinham bias, porque o que o Prof. Mauro colocou uma
30 realidade somente no Brasil, que tratavam aquela situação como pós-doc, quando era um
31 período de professor visitante numa instituição. Disse que na universidade, quando era via
32 FAPESP, a grande maioria tirava um sabático, e corriam o processo todinho na Unicamp como
33 pós-doc. Sabia para fazer o pós-doc, só que quando chegavam na universidade, quem estava
34 chegando lá era um professor geralmente com bastante experiência, que já tinha um tempo na

1 universidade e lá era tratado como professor visitante. Comentou que a FAPESP deveria se
2 adaptar muito rapidamente àquilo, poderia manter uma bolsa de pós-doc para quem terminou o
3 doutorado, e o fazia semanticamente, e uma outra para o professor visitante. Disse que o caso
4 colocado pelo Prof. Mauro, estariam recebendo um visitante de outra instituição que passaria
5 um tempo menor. O pós-doc que estava em discussão era, de fato, o que iria fazer o estágio
6 de pós-doutoramento que, novamente, poderia vir passar três ou quatro meses, se ele já
7 tivesse passado um ano em outra instituição, e acabou a bolsa lá e tinha uma bolsa na
8 Unicamp de três meses, por exemplo, achava que era saudável a discussão porque cada
9 programa tinha a sua particularidade na área do conhecimento. Citou como exemplo que, na
10 Engenharia, naquele momento, a maioria das bolsas, talvez mais de 90% viessem via empresa
11 pela ANP, quem fazia o gerenciamento era pela FUNCAMP, mas os recursos vinham de
12 empresas e poderia ser três ou quatro meses, porque o profissional vinha com uma
13 especificidade que ele iria ajudar pontualmente no projeto e ele poderia ficar ou não, e
14 normalmente, o que ditava era o quão interessante era o projeto e se havia recurso. Disse que
15 achava, como colocado anteriormente pelos colegas, talvez não precisassem se preocupar em
16 mexer naquilo, porque, no final das contas, dos dois lados poderiam sair a qualquer momento.
17 Disse que alguém mencionou que o CNPq tinha bolsa de seis meses, e que achava bastante
18 razoável, porque, ainda que tivessem dito tudo aquilo, era raro o caso que a pessoa saia com
19 menos de seis meses, a não ser que aparecesse uma proposta de emprego irrecusável, em
20 geral, ele levava seis meses ou um pouco mais. Disse que trouxe a questão novamente para
21 pontuar o que era ser um professor visitante, que estava num período visitante, e o que era um
22 pós-doc. Agradeceu. A **Sra. Presidente** agradeceu ao Prof. Sávio e passou a palavra para o
23 Prof. Marko, mas antes lembrou que os pleitos de ingresso como pós-doc dependeriam das
24 unidades e das delimitações de cada programa, centro ou unidade de ensino. Não faria mal
25 deixar os seis meses porque era uma discussão de substância sobre o que a Unicamp
26 pensava como um pós-doc, mas poderia tirar determinadas liberdades que algumas áreas
27 tinham. O conselheiro **Prof. Marko Synésio Alves Monteiro** disse que a Profa. Rachel falou o
28 que ele iria falar, mas que iria reiterar porque era da área de Humanas e entendia que às vezes
29 tinha diferença de área. Era da Geociências, mas era antropólogo, então, tinha a achar que
30 precisava de um ano mínimo, porque um pós-doc era uma pesquisa e achava que tinha
31 sempre medo daquele povo que ficava pendurado e não fazia nada. Por inércia, queriam
32 proteger um ex-aluno, aquela história, e desvalorizava a instituição do pós-doc. Disse que ter o
33 PPPD ajudou muito naquilo, aquela flexibilização era talvez fosse bem-vinda, e ficava meio
34 com medo daqueles penduricalhos. Disse que teve um pós-doc de seis meses, apesar de não

1 gostar, mas foi uma situação que tinha uma bolsa e teve de aproveitar, uma coisa pontual, uma
2 burocracia imensa para pegar a pessoa e depois desligá-la, mas conseguiram aproveitar. Disse
3 que poderia servir, como a Profa. Rachel falou, cada professor ou unidade ou departamento
4 usar aquilo como parâmetro, não querendo menos de um ano no instituto, porém, para outros
5 poderia ser importante a flexibilidade. Achava que poderiam deixar mais aberto. O que tinha
6 mais medo era desvalorizar a instituição pós-doc, porque a pessoa estava ali usufruindo, teria
7 seguro, precisava ter uma cobrança. Disse que do jeito que estava preservava, que estariam
8 flexibilizando mais, mas talvez um ano servisse para algumas unidades e não para outras. A
9 **Sra. Presidente** agradeceu e passou a palavra para a Profa. Cláudia. A conselheira **Profa.**
10 **Cláudia Vianna Maurer Morelli** disse que seria para reforçar também aquele comentário, que
11 achava que na universidade tinham diferentes áreas com particularidades importantes e que
12 aquele documento teria de ser amplo o suficiente para abarcar todas aquelas especificidades.
13 Ouvindo todos os comentários, que tinha falado anteriormente de colocar um ano, mas achava
14 que deveriam deixar seis meses, principalmente para as áreas das Engenharias que tinham
15 aqueles financiamentos por empresa, porque colocando um ano poderiam fechar portas. Disse
16 que a fala da Profa. Rachel era importante, que os programas poderiam colocar, por meio de
17 instruções normativas, os seus critérios particulares, que não iriam estar em confronto com o
18 documento geral, que era aquele que estavam discutindo. Se um programa colocasse um ano
19 como mínimo, ele não estaria indo contra, necessariamente, aquele documento, mas o
20 contrário sim, então se o documento estabelecesse como mínimo um ano, aquele que tivesse
21 necessidade e fizesse usufruto de seis meses ficaria contra aquele documento. Disse que era
22 para reiterar que iria voltar atrás, que achava que teria de ser colocado seis meses. A **Sra.**
23 **Presidente** agradeceu a Profa. Cláudia e passou a palavra para o Prof. Ernesto. O **Prof.**
24 **Ernesto Kemp** disse que queria trazer uma discussão em cima do que o Prof. Sávio levantou e
25 pediu que o corrigissem se estivesse errado. Disse que existia um programa dedicado, que se
26 chamava Programa Professor Visitante Colaborador e se enquadrava exatamente naqueles
27 casos que estavam sendo questionados. No caso do convite de um professor que viesse para
28 a universidade, era um programa separado, e achava que não teria por que enquadrar dentro
29 do programa de pós-doutor. Outra informação também com relação à FAPESP era que existia
30 um programa de bolsa que se fizesse o sabático, por exemplo, era diferente do programa de
31 bolsa de pós-doutorado, que se chamava Programa de Bolsa de Pesquisa no Exterior e era
32 feito exatamente para pesquisadores “sêniores” que estavam com vínculo empregatício com
33 alguma universidade que tivesse pesquisa. Disse que a observação que queria fazer era que já
34 existia um programa para aquilo. A **Sra. Presidente** agradeceu e passou a palavra para o Prof.

1 Luiz Fernando. O conselheiro **Prof. Luiz Fernando Bittencourt** disse que um cenário que
2 talvez não tivessem discutido ainda, por exemplo, as bolsas de agências de fomento.
3 Comentou que na FAPESP poderia ter um projeto com vinte e quatro meses de bolsa de pós-
4 doc e um participante ficar vinte meses e sair, sobrando, por exemplo, quatro meses de bolsa.
5 Com o período mínimo de seis meses, praticamente, ficaria impossibilitado de aproveitar
6 aqueles quatro meses de bolsa com uma outra pessoa, porque não poderia fazer um contrato
7 de quatro meses para ele, que estaria impedido pela resolução. Perguntou se poderia fazer um
8 contrato de seis meses e falar que ele iria ficar parcialmente com bolsa. Parecia um pouco
9 tentar contornar a resolução para poder aproveitar aqueles quatro meses de bolsa. Perguntou
10 qual era a impressão dos colegas com relação àquilo. A **Sra. Presidente** lembrou que estavam
11 falando das exceções, porque eram casos que poderiam ocorrer. Estavam, enfim, elucubrando
12 todas as possibilidades. Disse que não sabia se uma norma geral daria conta de tudo aquilo. O
13 conselheiro **Prof. Luiz Fernando Bittencourt** disse que era comum acontecer de sobrar
14 alguns meses de bolsa de pós-doc com projeto FAPESP, na Computação, pelo menos.
15 Gostaria de discutir a impressão dos colegas em relação àquele cenário, se seria possível
16 aproveitar ou não aqueles quatro ou cinco meses de bolsas com o texto da resolução. A **Sra.**
17 **Presidente** passou a palavra para o Prof. Ariovaldo. O conselheiro **Prof. Ariovaldo José da**
18 **Silva** comentou que foi exatamente o que aconteceu com ele e talvez pudesse ajudar também
19 na decisão. Disse que era favorável a que fosse um ano, mas ouviu, entendeu todas as
20 colocações dos colegas com projetos que poderiam estar envolvidos com financiamento de
21 empresas e o timing delas era diferente do universitário. As empresas queriam projetos com
22 resultado rápido, então poderia inviabilizar. Achava que ficaria a cargo de cada unidade, como
23 definido. Disse que ingressou no pós-doc na USP, na Escola de Engenharia de São Carlos, em
24 julho de 2011 e, em agosto de 2011, passou no concurso na Unicamp, mas como colocado
25 anteriormente, não era contratado imediatamente, tinha toda uma tramitação interna, e foi
26 contratado em janeiro de 2012, mas já tinha aquela previsão, que foi informada pela DGRH.
27 Continuou com a bolsa FAPESP naquele ano, recebendo-a por seis meses, e em dezembro,
28 pediu a suspensão da bolsa. Tinha de apresentar um relatório e o compromisso com a
29 publicação que tinha firmado com a USP. Comentou que na USP, eles entendiam que o pós-
30 doc, conforme mencionado no departamento que estagiou, seria aquele momento, que eles
31 não queriam que fosse uma extensão do doutorado, que estivesse ali desenvolvendo um
32 projeto de pesquisa, mas que estivesse produzindo artigos, publicando trabalhos, orientando,
33 inclusive, alunos de iniciação científica que começassem a ingressar, que fosse mesmo um
34 estágio para o ingresso para a carreira de docência pesquisa. Disse que o trâmite durou um

1 ano, que suspendeu a bolsa em seis meses e comunicou a Unicamp que tinha ainda que
2 estava concluindo o pós-doc e que concluiu em junho de 2012. Recebeu uma declaração, um
3 certificado que tinha um pós-doc, não que fosse título, mas estava como certificado. Como
4 comentado, achava que um ano era o trâmite suficiente para não acontecer de uma pessoa
5 ingressar num pós-doc na Unicamp e depois três ou quatro meses sair. Disse que tiveram um
6 caso na FEAGRI que a pessoa não cumpriu o que prometeu e o relatório dela foi reprovado,
7 ela precisou refazer o relatório e explicar por que não cumpriu as atividades propostas. Não
8 teve tempo, ela simplesmente acompanhou uma aluna de doutorado e não fez as medições
9 que tinha se proposto a fazer. Disse que acha que seria melhor cada unidade definir o seu
10 prazo. A **Sra. Presidente** agradeceu o Prof. Ariovaldo e passou a palavra para o Prof. Elias. O
11 **Prof. Elias Basile Tambourgi** informou que havia um comentário do Prof. Marko Monteiro no
12 chat. A **Sra. Presidente** respondeu que não estava acompanhando o chat, mas que pediu à
13 Sra. Juliana para colocar as mudanças sugeridas, no chat, mas não sabia se ela conseguiria
14 fazer. Disse que precisavam encaminhar a questão, que tinham alguns consensos. Primeiro,
15 era que as unidades de ensino, centros de pesquisas e programas que definiam os detalhes
16 que eram importantes, mas não conseguiriam todos eles estarem na regra geral da
17 universidade, dentre os quais iria começar a entender que seria o prazo mínimo de seis meses.
18 Concordava com o que a Profa. Orna falou, e achava que todos concordavam sobre o que era
19 a importância do pós-doc e a importância do prazo de um ano para a realização das atividades,
20 fosse de pesquisa, fosse de envolvimento institucional com as aulas. Mas também
21 concordavam, e achava que estava esclarecido, que para algumas eventualidades, áreas,
22 principalmente, e era o problema de um documento geral para muitas áreas muito diferentes no
23 seu funcionamento interno, iriam tolher determinadas situações que não eram exceções, que
24 poderiam ser mais regulares, se mudassem aquele prazo dos seis meses. Havia de ter o
25 argumento para aquilo, mas talvez fosse o caso de manter o prazo de seis meses, embora, o
26 próprio Prof. Marko fez o comentário no chat, era complexo implementar, mas havia situações
27 em que fazia sentido. Para não inviabilizar aquelas situações que pareciam ser regulares em
28 algumas áreas, uma das sugestões era encaminhar, de fato, o documento como ele estava
29 naquele caso. Tinham outras sugestões de mudança: da flexibilização dos vinte e quatro
30 meses que colocaram no § 4º do art. 3º. Perguntou à Sra. Juliana se conseguiria colocar no
31 chat as mudanças que estavam propondo. A **Sra. Juliana Cristina Barandão** respondeu que
32 iria já alterar no texto que estava sendo apresentado. Disse que uma alteração sugerida era
33 findo o período, no art. 11. A **Sra. Presidente** disse que era findo o período de permanência no
34 programa por motivo de término do prazo, que teria de complementar os cinco anos, que

1 aquela foi a sugestão da Profa. Heloísa. Término do prazo menos que cinco anos. A **Sra.**
2 **Juliana Cristina Barandão** disse que a outra sugestão era no art. 4º, para os pós-
3 doutorandos. A **Sra. Presidente** passou a palavra para o Prof. Ernesto. O **Prof. Ernesto Kemp**
4 disse que era uma pergunta encomendada pelo Prof. Orlando. Comentou que procurou e não
5 encontrou, sobre o caso de desligamento e que o pós-doutor estivesse realizando uma
6 supervisão, quem ficaria com a supervisão. Precisaria legislar sobre aquilo ou cairia na
7 categoria de decisões internas de cada instituto. A **Sra. Presidente** respondeu que não
8 conseguiriam legislar sobre o assunto, que na verdade era regulamentação do ingresso e da
9 acolhida do pós-doc, mas, enfim, se fossem regulamentar a saída do pós-doc conseguiriam
10 fazer uma regra geral. O **Prof. Ernesto Kemp** agradeceu. O conselheiro **Prof. Sávio Souza**
11 **Venâncio Vianna** sugeriu para o Prof. Ernesto se não seria o caso dele dar entrada como
12 colaborador no programa para encerrar a orientação. A **Sra. Presidente** concordou e disse que
13 não tinha como incluir no texto. O conselheiro **Prof. Sávio Souza Venâncio Vianna** respondeu
14 que iria pela outra via que já existia. A **Sra. Presidente** concordou e disse que não deveriam
15 inflar aquela deliberação CEPE com mais aquela questão, porque iriam começar a prever tudo
16 que fosse possível acontecer. O conselheiro **Prof. Sávio Souza Venâncio Vianna** concordou.
17 A **Sra. Presidente** passou a palavra para o Prof. Douglas. O conselheiro **Prof. Douglas**
18 **Fernandes Barbin** cumprimentou os presentes e disse que achava que era uma dúvida
19 diferente. Estavam falando do credenciamento na Unicamp e aquela questão para ele ser
20 coorientador era o credenciamento perante a CAPES, porque ele seria pesquisador
21 colaborador na CAPES. A **Sra. Presidente** respondeu que era no programa. O conselheiro
22 **Prof. Douglas Fernandes Barbin** disse que eram duas coisas diferentes, que era no
23 programa, mas ele não precisava ser, necessariamente, pós-doc no programa. A **Sra.**
24 **Presidente** concordou. O conselheiro **Prof. Douglas Fernandes Barbin** disse que poderia ser
25 um coorientador diferente. A **Sra. Presidente** concordou e passou a palavra para a Profa.
26 Heloísa. A conselheira **Profa. Heloísa Helena Pimenta Rocha** disse que queria voltar no art.
27 11 para propor, ao invés de um acréscimo, um corte. Ao invés de dizer muita coisa,
28 simplesmente cortar. Findo o período de permanência no programa, o pesquisador poderá
29 pleitear a renovação de sua participação, desde que o limite máximo de permanência não
30 tenha sido atingido, porque quaisquer que sejam os motivos, ou porque terminou o prazo do
31 projeto ou a bolsa, então havia várias possibilidades, e sugeriu retirar o motivo e já pularia
32 direto. Era a sua proposta. A **Sra. Presidente** disse que estava pensando e achava que não
33 haveria uma situação em que não fosse o principal motivo do término. Enfim, se fosse por um
34 concurso, iria terminar antes, mas ele poderia pleitear a sua permanência. Disse que a unidade

1 iria avaliar se fazia sentido ou não prorrogar o prazo ou mudar a permanência. Perguntou se
2 faria sentido retirar aquela parte. A não ser que estivesse dizendo que findo o período de
3 permanência, se o projeto dele não fosse bom o pesquisador não poderia pleitear a renovação,
4 porque aquele poderia ser o motivo para não se querer mais alguém como pós-doc na unidade
5 ou programa, mas, novamente, estavam imaginando *n* situações e aquela era uma norma
6 geral. Precisariam saber o que a deliberação anterior queria dizer sobre o término do prazo.
7 Passou a palavra para a Profa. Heloísa. A conselheira **Profa. Heloísa Helena Pimenta Rocha**
8 disse que o motivo anterior era a cessação do financiamento. A **Sra. Presidente** concordou, ou
9 bolsa, ou fim do prazo. Disse que poderia tirar, não fazia mal ficar ou tirar. Disse que colocaria
10 a decisão ao que os colegas achassem mais pertinente e passou a palavra para o Prof.
11 Ernesto. O **Prof. Ernesto Kemp** disse que com relação a questão de o prazo ser interrompido
12 por questão da qualidade do trabalho, achava que cairia exatamente naquele tipo de decisão
13 interna, porque toda aprovação passava por conselho do departamento, pela comissão de
14 avaliação, então, para aqueles casos não precisavam colocar nenhuma especificidade. A **Sra.**
15 **Presidente** concordou. Disse que toda renovação significava um novo pleito e teria uma nova
16 avaliação e poderiam retirar, ficando findo o período de permanência no programa, o
17 pesquisador poderá pleitear a renovação, desde que o limite máximo de permanência no PPPD
18 – limite máximo de cinco anos -e disse que poderiam colocar, de cinco anos de permanência
19 no PPPD não tenha sido atingido. O conselheiro **Prof. Sávio Souza Venâncio Vianna** pediu a
20 palavra e disse que surgiu uma dúvida, se estava no documento e não conseguiu ver. Disse
21 que achava que não estavam dizendo nada se um indivíduo completasse os cinco anos e ele
22 iniciasse um processo novo se zerava o cronômetro e começava a contar tudo novamente,
23 porque se a intenção era oxigenar, achava que deveria deixar claro que ele tinha uma única
24 oportunidade de cinco anos, depois daquilo teria de procurar uma outra coisa. Não iriam aceitar
25 outro processo. A **Sra. Presidente** respondeu que aquele era o limite máximo. Disse que era o
26 seu entendimento, mas não sabia se todo mundo entendia o mesmo. O conselheiro **Prof.**
27 **Sávio Souza Venâncio Vianna** respondeu que advogado era um bicho danado, que não sabia
28 se ali tinha uma brecha para dizer máximo de uma rodada, abrir um processo novo, um
29 processo dentro da Unicamp, para um pós-doutorado, zerando o cronômetro e começando
30 novamente. Disse que tinha dúvidas. A **Sra. Presidente** respondeu que estavam imaginando
31 muitas *n* situações. Passou a palavra para o Prof. Elias. O **Prof. Elias Basile Tambourgi**
32 respondeu ao prof. Sávio que aquilo seria regulamentado no programa, com regras internas. A
33 **Sra. Presidente** pediu à Sra. Juliana que projetasse o início do documento. A **Sra. Juliana**
34 **Cristina Barandão** informou que fez a alteração que a Profa. Heloísa sugeriu de colocar pós-

1 doutorando, no § 4º do art. 4º. A **Sra. Presidente** respondeu afirmativamente. A conselheira
2 **Profa. Heloísa Helena Pimenta Rocha** disse que no § 9º desse art. 3º, já dizia o termo
3 improrrogáveis para aqueles cinco anos. A **Sra. Presidente** disse que estava tentando
4 encontrar e leu que a permanência no programa teria duração mínima de seis anos e máximo
5 de cinco, improrrogáveis. Agradeceu à Profa. Heloísa e perguntou à Sra. Juliana quais eram as
6 demais sugestões. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** disse que era a
7 flexibilização dos vinte e quatro meses, mas que, na realidade, já estava contemplada. A **Sra.**
8 **Juliana Cristina Barandão** disse que tinha a sugestão de alterar de seis para doze meses,
9 mas que iriam manter os seis meses. A **Sra. Presidente** respondeu afirmativamente e disse à
10 Profa. Orna que gostaria de escutá-la se concordava com aquele refluxo, de voltarem atrás a
11 manterem os seis meses. A conselheira **Profa. Orna Messer Levin** disse que estava
12 acompanhando, que estava tudo bem. Disse que foram colocados vários argumentos que
13 faziam sentido e as visões também não precisavam ser totalmente coincidentes. Falava, claro,
14 por uma perspectiva das Humanas, mas às vezes mais acadêmica, menos pragmática, por
15 exemplo, do que alguém que tinha um laboratório ou um curso, um projeto, enfim, com uma
16 experimentação mais rápida. Entendia tudo aquilo e achava que existia aquela pluralidade
17 mesmo na Unicamp que precisava ser levada em conta. Também achava que existiam
18 diferentes modalidades entendidas como pós-doc que talvez precisassem ser melhor afinadas,
19 que talvez em algum momento tivessem de lembrar a compreensão sobre o vocabulário,
20 porque o pós-doc virou quase tudo, tinha pós-doc júnior, pós-doc sênior, pós-doc ao longo da
21 carreira, pós-doc sabático, pós-doc licença-prêmio. A **Sra. Presidente** disse que a rigor, tudo o
22 que fizesse depois do doutorado era pós-doc. A conselheira **Profa. Orna Messer Levin**
23 concordou e disse que não era o ideal, deveriam ter um vocabulário um pouquinho mais
24 preciso, mas dada a circunstância entendia, não teria problema nenhum. A **Sra. Presidente**
25 agradeceu e passou a palavra para o Prof. Ernesto. O **Prof. Ernesto Kemp** disse que com
26 relação a possibilidade, por exemplo, que foi discutida de que fosse reiniciado ou, por algum
27 motivo, a pessoa tivesse interrompido e depois pretendesse reiniciar, e perguntou se não seria
28 bom colocar alguma coisa a respeito do interstício mínimo entre dois programas. A **Sra.**
29 **Presidente** respondeu que não sabia se a regra deveria colocar aquilo, porque estariam
30 dizendo que poderia fazer um pós-doc intermitente. Que poderia ficar dois anos e depois voltar.
31 Mas enfim, poderia pleitear, mas, novamente, achava que seria melhor definido internamente
32 nos programas e unidades. Disse que estavam levantando uma série de situações e confessou
33 que não imaginava que pudessem ter tantas variações para entender o pós-doc, porque
34 imaginava que um pesquisador jovem ou que não precisava ser tão jovem assim, mas que

1 viesse para a universidade, queria resolver a sua pesquisa, queria ficar na Unicamp durante
2 dois anos, três, tinha financiamento. Claro que a vida dele corria e poderia ter oportunidades
3 variadas, mas aquilo era a regra geral e não teria como prever as oportunidades variadas da
4 vida de alguém. Disse que talvez devessem colocar no final que casos específicos seriam
5 avaliados separadamente, como colocavam em deliberação do CONSU. Tudo o que fosse
6 exceção seria analisado depois, porque, senão, a regra nunca iria acontecer e não
7 conseguiriam encaminhar. Disse que não sabia se estava sendo muito prática, mas, de toda
8 maneira, achava que como regra geral tinham dado conta de tudo. Passou a palavra para a
9 Profa. Heloísa. A conselheira **Profa. Heloísa Helena Pimenta Rocha** disse que estava com
10 uma dúvida, que no § 11 do mesmo art. 3º, que tinha acabado de chamar a atenção para o § 9
11 que falava que era improrrogável, no § 10 dizia que observado o limite máximo de duração
12 previsto no parágrafo anterior, o pedido de prorrogação do programa deveria ser feito durante a
13 sua vigência. Perguntou se não parecia contraditório. A **Sra. Presidente** respondeu
14 negativamente, porque sabia que o máximo eram cinco anos e tinha uma bolsa de dois anos,
15 mas queria prorrogar mesmo sem a bolsa, iria ficar mais dois anos e teria que solicitar dentro
16 do prazo de cinco anos. Disse que, inclusive, foi bom a Profa. Heloísa chamar a atenção,
17 porque aquilo dificultava a intermitência de uma situação como aquela que foi colocada
18 anteriormente. Não achava que era contraditório porque se tivesse um contrato de pós-doc de
19 dois anos e quisesse ficar mais um, teria de pedir aquilo dentro da vigência dos seus dois anos.
20 A conselheira **Profa. Heloísa Helena Pimenta Rocha** disse que entendeu e agradeceu. A Sra.
21 Presidente perguntou se fizeram mais alguma alteração. A **Sra. Juliana Cristina Barandão**
22 informou do art. 4º que a professora pediu para colocar pós-doutorando. A **Sra. Presidente**
23 confirmou que era apenas redação. A conselheira **Profa. Orna Messer Levin** sugeriu colocar
24 um *h* depois de 24 horas semanais. O **Prof. Elias Basile Tambourgi** informou à Sra. Juliana
25 que seria depois do 24, ficaria 24h, antes de abrir o parêntese. O conselheiro **Prof. Renato**
26 **Barroso da Silva** disse que repetiria 24 horas depois do parêntese também. A **Sra.**
27 **Presidente** disse que depois corrigiria, e que sugeriram fazer uma mudança no anexo II, que
28 para fazer o termo de adesão tinha de apresentar o termo de ciência de onde ele prestava
29 serviços, que era o caso do pós-doc que tinha uma microempresa. A conselheira **Profa.**
30 **Cláudia Viana Maurer Morelli** disse que teria de mudar o título, porque estava para
31 pesquisadores sem bolsa e sem vínculo. Não sabia ao certo se o termo era autônomo, não
32 conhecia os termos jurídicos. A Sra. Presidente concordou e sugeriu para pesquisadores sem
33 financiamento. A conselheira **Profa. Cláudia Viana Maurer Morelli** complementou que era
34 sem bolsa. A **Sra. Presidente** disse que o título do anexo I era só termo de adesão. Não sabia

1 que deveriam colocar no anexo II, mas iria buscar. Disse que não queria que ficassem na
2 reunião patinando naquilo e disse que faria uma pergunta bem objetiva, se consideram que
3 tinham condições de votar naquele dia ou se retiravam de pauta e voltavam com o texto limpo,
4 compreensível, com as mudanças e termos corretos para a próxima reunião. Parecia mais
5 cuidadoso retirar de pauta e voltar para a próxima reunião, enfim, poderia ser um preciosismo
6 mesmo no texto que achava bom que tivessem, mas também aquelas coisas demoravam na
7 universidade, passavam por *n* lugares, câmaras e não gostaria que tivessem aquilo ponto para
8 o final do ano, enfim, queria agilizar, mas também não poderiam agilizar sem a clareza de
9 todos e um texto perfeito. Disse que era uma pergunta e que alguns professores, Cláudia,
10 Sávio, Rosângela, manifestaram no chat que votariam naquela reunião. Passou a palavra para
11 a Profa. Bárbara. A conselheira **Profa. Bárbara Geraldo de Castro** disse que queria perguntar
12 se tinha alguma urgência relativa, que entendia que as coisas demoravam. A **Sra. Presidente**
13 respondeu negativamente. Disse que a urgência era do quanto as coisas precisavam funcionar
14 melhor se fosse rápido na universidade, mas não tinha nenhuma situação específica. Era só
15 para saber se deveriam prosseguir ou dariam um freio e voltavam com a discussão em
16 outubro. A conselheira **Profa. Bárbara Geraldo de Castro** disse que parecia que tinham
17 consensos, mas o que não tinha consenso era o conteúdo da escrita, daquela coisa do texto. A
18 Sra. Presidente sugeriu que passasse por e-mail os termos precisos. A conselheira **Profa.**
19 **Bárbara Geraldo de Castro** se dispôs a ajudar na revisão. A Sra. Presidente agradeceu e
20 passou a palavra para a Prof. Cláudia. A conselheira **Profa. Cláudia Viana Maurer Morelli**
21 disse que houve um consenso nos pontos mais críticos, que também votaria naquela reunião, e
22 sobre o anexo II sugeriu o termo profissionais autônomos, porque achava que englobaria os
23 microempresários. Não sabia se poderia ser aquele ou se poderia ser um termo específico. A
24 **Sra. Presidente** respondeu afirmativamente, disse que anotaria e confirmaria, mas achava que
25 o termo sugerido pela Profa. Cláudia estava correto. Passou a palavra para o Prof. Ernesto. O
26 **Prof. Ernesto Kemp** disse que era exatamente sobre assunto, que tinha feito uma pesquisa
27 hiper veloz sobre definição de microempresa, da categoria ME, e todas colocavam o
28 proprietário como autônomo. Na internet, aquela era a definição de quem era proprietário de
29 uma ME. A **Sra. Presidente** agradeceu e disse que iriam seguir aquela sugestão. Sugeriu que
30 votassem a deliberação, que seria feita uma limpeza no texto e encaminhado, por e-mail, e se
31 houvesse enormes dúvidas voltariam para a outra reunião, mas achava que caberia votar.
32 Disse que não tinham mais dúvidas substantivas, naquele momento era só uma questão de
33 termos. Perguntou se poderiam votar. Não havendo manifestações, colocou em votação a
34 proposta de alteração da deliberação sobre o Programa de Pesquisador Pós-Doutorado, com

1 as alterações sugeridas na CCPG, com favoráveis permanecendo como estavam e contrários
2 ou abstenções se manifestando pelo chat, que foi aprovada por unanimidade. **ITEM 4.**
3 **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO CEPE QUE DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO**
4 **PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO DOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NOS**
5 **CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU.** PROC. Nº 01P-8533/2021. PRPG
6 (Deliberação CCPG Nº 102/2021). A **Sra. Presidente** disse que o item se tratava de uma
7 proposta de deliberação sobre a prorrogação da integralização do prazo dos alunos. Lembrou
8 os presentes que na CCPG anterior, acionaram o mesmo GT que fez a proposta de
9 prorrogação anterior, já durante a pandemia, porque de acordo com algumas manifestações de
10 colegas, aquilo pareceu ser importante, dado que a pandemia se estendeu, dado que os
11 prazos não pareceram adequados e dado também que estavam tendo, e achava que tinham
12 conhecimentos pelas suas próprias unidades, ou pelas informações, estavam com um
13 problema sério de saúde mental na universidade com os alunos. Disse que considerava e
14 achava que os presentes também, que deveriam organizar um pouco melhor a retomada e
15 aquilo implicaria várias coisas, que iria falar mais sobre no expediente, mas, naquele caso,
16 achava que como colocado por alguns colegas, deveriam novamente pensar na prorrogação
17 do prazo de integralização dos alunos para viabilizar aquela retomada, que os trabalhos e
18 programa não sofressem mais do que já vinham sofrendo aquele um ano e meio. A proposta
19 apresentada pelo grupo era a ampliação por mais setes meses do prazo já concedido, salvo a
20 exceção de trancamento no meio daquele caminho todo. Colocou o item para discussão e
21 perguntou se alguém do GT gostaria de se manifestar. Informou que a Profa. Bárbara pediu a
22 palavra, mas achava interessante alguém do GT falar um pouquinho antes e após, passaria a
23 palavra para a Profa. Bárbara. A conselheira **Profa. Bárbara Geraldo de Castro** concordou
24 que seria melhor alguém do GT quisesse falar antes. A **Sra. Presidente** perguntou se alguém
25 gostaria de se manifestar. Disse que a Profa. Cláudia estava presente, mas que pediam muito
26 para ela falar. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** disse que se ninguém
27 quisesse falar, poderia falar qual foi a razão dos sete meses. A **Sra. Presidente** agradeceu. A
28 conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** explicou que o prazo não foi assim a esmo,
29 que levou em consideração a partir da data de vacinação, em agosto, onde começaram as
30 vacinações para os alunos, somando o prazo da vacina que levava maior tempo para a
31 segunda dose de reforço, que foi a Astrazeneca, de três meses, mais o período de quatorze
32 dias para a imunização, chegaram em dezembro e, somando os tempos para trás, deu sete
33 meses. A **Sra. Presidente** agradeceu e passou a palavra para a Profa. Bárbara. A conselheira
34 **Profa. Bárbara Geraldo de Castro** disse que iria fazer algumas considerações, levando em

1 conta algumas questões que discutiram na CPG da sua unidade sobre aquela questão. Disse
2 que já queria esclarecer, de partida, que obviamente, pessoalmente, estava de acordo e
3 achava que teriam de seguir pensando em maneiras de viabilizar a permanência
4 especialmente dos estudantes de pós-graduação, mas também entendia que aquilo não
5 passasse apenas pelos instrumentos de extensão do prazo. Disse que tinham outras questões
6 que vinham junto, a impossibilidade de estender bolsa, de financiamento, enfim, que
7 obviamente não estavam sob responsabilidade da universidade, que tinha a questão das
8 agências de financiamento, mas me a preocupavam sobremaneira com relação à permanência
9 após a finalização do financiamento das pesquisas. Disse que queria fazer duas considerações
10 que achava que valia a pena que começassem a conversar sobre, a primeira, era que, claro,
11 cada pós-graduação tinha um perfil muito distinto da outra, então, enquanto alguns cursos
12 tinham alguns mestrados e doutorados que dependiam muito da prática de laboratório, da
13 prática de interação com outras pessoas, obviamente, aquelas pesquisa ficaram muito mais
14 paradas do que algumas pesquisas de cunho mais teórico, por exemplo, como no caso das
15 pesquisas da área da Filosofia, ou de pesquisas teóricas nas áreas de Ciências Sociais ou de
16 Ciências Humanas. Achava que tinha aquela especificidade também que precisavam levar em
17 consideração, mas a preocupação principal dos seus colegas tinha a ver com o acúmulo que
18 começava a acontecer. Quanto mais estendiam o prazo, mais se demorava para se defender
19 um mestrado ou um doutorado. Primeiro, tinha uma questão do impacto nas avaliações da
20 CAPES, obviamente, que naquele quadriênio foi desconsiderado. Achava que caberia
21 deixarem no horizonte de negociações com a CAPES para que o próximo quadriênio, para que
22 não esquecessem daquela agenda, mas achava que tinha uma outra questão que era também
23 muito importante e só queria viabilizar e partilhar com os colegas as aflições da sua unidade,
24 que era o acúmulo de trabalho de orientação, porque não deixaram de fazer seleções. Quando
25 não defendiam os mestrados e doutorados e seguiam fazendo as seleções criando um
26 acúmulo de orientações que ultrapassavam até mesmo aqueles números mágicos, que
27 pensavam no limite de oito orientandos por orientador no IFCH, por uma orientação da CAPES,
28 mas os docentes tinham notado um aumento da carga de trabalho também pelo fato de terem
29 escolhido não interromperem as seleções. Disse que estava colocando aquelas questões
30 menos por uma discordância do conteúdo e do novo prazo, mas mais como questões que
31 achava que precisavam tratar e pensar em como resolver de uma maneira mais coletiva.
32 Imaginava que não era somente no IFCH que estavam passando por aquela situação, que já
33 ouviu coordenadores de pelo menos dois programas do IFCH pensando em cancelar o
34 processo seletivo, não apenas pela inviabilidade da realização das pesquisas, da grande

1 maioria das pesquisas dos seus estudantes, mas também por conta da impossibilidade de
2 orientação que começa a aparecer no corpo docente, devido ao acúmulo que tinha aparecido.
3 Disse que estava trazendo aquelas questões para pensarem juntos e entendendo como aquilo
4 tinha acontecido nas outras unidades e o que estavam pensando como soluções ou maneiras
5 paliativas de conseguirem dar conta da complexidade que era fazer pesquisa naquele contexto
6 de pandemia e que aqueles impactos não iriam passar tão cedo. Disse que a sua questão era
7 aquela também, por mais que voltassem por um modelo híbrido ou fizesse uma retomada no
8 semestre seguinte, as consequências iriam durar um bom tempo. Disse à Profa. Rachel que
9 achava que poderiam começar a pensar, não era no pós-pandemia, mas no acúmulo daquelas
10 consequências para carga de trabalho, para os processos seletivos, para a quantidade de
11 alunos que conseguiam realmente reter. Disse que achava que a Profa. Rachel iria falar sobre
12 depois, mas já adicionou que precisavam pensar nas condições de retorno. Que a Profa.
13 Rachel conhecia bem o ambiente da pós-graduação do IFCH e não tinham sala de aula para
14 retomar a pós-graduação no IFCH, não tinham condição sanitária. Se fossem ver para voltar no
15 presencial, poderiam voltar com um professor e um aluno por sala, porque as salas eram super
16 pequenas no prédio de pós-graduação, não tinham condições de ventilação e não conseguiam
17 retomar. Estava expressando aquela preocupação porque ela era consequência das ações que
18 estavam tomando para viabilizar a pesquisa, mas o que poderiam pensar depois no coletivo,
19 reorganizar um pouco aquilo no futuro. Disse que não sabia se estava se expressando bem,
20 porque, enfim, não estava propondo nada, estava dividindo as aflições dos seus
21 coordenadores e as suas aflições também. Agradeceu. A **Sra. Presidente** agradeceu a Profa.
22 Bárbara e informou que no expediente iria falar do assunto, porque compartilhavam as aflições
23 da CAPES, as aflições com a retomada. Disse que poderiam falar um pouquinho mais à frente
24 e que elas não afetavam aquela discussão da integralização, que, certamente, eram
25 discussões associadas, mas queria entender se mesmo com tudo aquilo que foi colocado, que
26 era importante, se afetaria de alguma maneira a questão do prazo de sete meses proposto.
27 Perguntou se sugeria prazo maior ou se concordava com o proposto. A conselheira **Profa.**
28 **Bárbara Geraldo de Castro** respondeu negativamente. Disse que estava colocando, quis falar
29 naquele momento justamente porque os seus colegas estavam começando a questionar até
30 quando iriam continuar procedendo com aquela prorrogação do prazo de integralização como
31 uma norma geral da universidade, já que cada unidade tinha sua especificidade. Que estava
32 trazendo para a CCPG para que pensassem as consequências, porque elas foram colocadas
33 no debate da CPG como elementos para pensarem em algo que não fosse norma geral, que
34 pudessem começar a pensar questões mais específicas das pesquisas de cada unidade. A

1 **Sra. Presidente** concordou e disse que iria chamar a atenção para a fala da Profa. Cláudia
2 para as motivações daquele prazo, que entendia e achava que os demais também, era uma
3 integralização ampliada por conta de medidas sanitárias, que falaram em prazo de vacinação,
4 que não estavam falando em quanto demorava uma pesquisa ou em quanto aquilo iria onerar o
5 professor. Aquele era o ponto mínimo, do patamar que começariam e era o de saúde. Disse
6 que entendia que os sete meses se justificariam por conta da adequação daquelas condições
7 de saúde. Disse à Profa. Bárbara, que iria falar mais à frente, mas que a ideia era montar
8 outros GTs para tratar daquelas coisas, inclusive já havia propostas para aquilo que iria
9 colocar. Com relação ao prazo, via que ele era pertinente por conta das questões de saúde
10 mínimas. Concordou que aquilo onerava todo mundo, mas não tinha saída para algumas
11 coisas. Precisavam também ter um olhar por aquele lado. A conselheira **Profa. Bárbara**
12 **Geraldo de Castro** respondeu que estava de acordo e justificou, novamente, que trouxe
13 aquelas questões naquele contexto justamente porque alguns dos programas do IFCH
14 consideravam que a pesquisa não parou de ser feita, a despeito das condições sanitárias. A
15 **Sra. Presidente** disse que não pararam totalmente. A conselheira **Profa. Bárbara Geraldo de**
16 **Castro** concordou. A **Sra. Presidente** disse que foram prejudicados totalmente, mas não
17 pararam. A conselheira **Profa. Bárbara Geraldo de Castro** disse que tinha a maior
18 solidariedade com as questões de saúde mental que, inclusive, afetavam o corpo docente
19 também. Achava que estavam todos vivendo aquele momento e estava partilhando ali as
20 aflições e dizendo, enfim, achava que as consequências teriam de começar a ser pensadas
21 para o futuro. Disse que não se opunha à integralização, mas era somente para dialogar com o
22 GT. Achava que dali para frente, não daria mais para separar aquelas duas coisas. Agradeceu.
23 A **Sra. Presidente** concordou e informou que o Ariovaldo, Amanda, Cláudia e Ernesto eram os
24 próximos inscritos. Passou a palavra para o Prof. Ariovaldo. O conselheiro **Prof. Ariovaldo**
25 **José da Silva** disse que estava aproveitando o assunto, mas era quase que uma manifestação
26 que iria fazer e relatar um problema que estavam passando com um docente e uma discente,
27 bem na linha de preocupação da Profa. Bárbara e iria até corroborar com aquela preocupação
28 dela. Disse que era a favor, que estava bem racional a questão do prazo de sete meses,
29 pensando da forma como foi e com 100% dos alunos imunizados. Comentou que teve um
30 caso, de uma discente, que teve problemas com dois orientadores no decorrer do ingresso
31 dela. Relatou que o primeiro orientador desistiu da orientação e ela foi encaminhada para um
32 segundo orientador, numa outra gestão, que também desistiu da orientação. A aluna tinha
33 problemas financeiros e procuraram ajudá-la da melhor forma possível e conseguiram o
34 terceiro orientador. Comentou que a aluna realizou as pesquisas, coletou os dados, que eram

1 interessantes, segundo o orientador, ele manda e-mail todos os dias e ela não entregou o que
2 ele pediu. Fizeram uma reunião presencial. Ofereceram ajuda de tudo quanto era lado,
3 prorrogaram a bolsa por mais dois meses, porque a bolsa dela estava se encerrando no
4 programa. Fizeram de tudo para ajudar e ela não correspondeu. O fato era, resumindo, que ela
5 estava dentro das normas. Com a prorrogação anterior o prazo de integralização dela era
6 novembro de 2022 e, prorrogando mais ainda, teriam que conceder mais sete meses para ela.
7 E entrou no site da DAC e verificou, mas não iria citar nome nem o programa para não causar
8 polêmica, mas a aluna ingressou num outro programa de pós-graduação da Unicamp, e estava
9 matriculada no programa da sua unidade, em débito, poderia assim dizer, porque recebeu
10 bolsa e, não verificou, mas era bem provável que também ingressou no outro programa com
11 bolsa, porque ela não teria como se manter na universidade sem um aporte financeiro. Disse
12 que ficava muito preocupado com aquelas prorrogações porque ia afetando os ingressantes.
13 Comentou que também não pararam, que tinham alunos em fila de espera por bolsa. O CNPq
14 negou a prorrogação, que teve uma aluna que com a prorrogação, a bolsa dela também iria se
15 encerrar em fevereiro e ela perguntou se não poderiam prorrogar a bolsa e a resposta do
16 CNPq foi negativa. A bolsa teria de ser dada na chamada que fizeram, só que se fizessem
17 aquilo, já não conseguiriam vinte e quatro meses para quem estivesse ingressando. Tinha
18 também a questão do número de vagas por docente, mas que não deixavam acumular. Disse à
19 Profa. Bárbara, que ao contrário, na sua unidade o docente continuava comprometendo a vaga
20 dele com aquele aluno até integralizar. Aquela era a regra, mas também ficava ruim porque o
21 docente falava que não podia abrir vaga, porque aquela aluna estava o prendendo, aquela era
22 a linguagem utilizada. Entendia que era uma questão causada pela pandemia e era mais a
23 favor de tratar os casos pontualmente, do que generalizar, que o preocupava um pouco
24 generalizar. Agradeceu. A **Sra. Presidente** agradeceu o prof. Ariovaldo e informou que a
25 Amanda, Cláudia e Ernesto eram os próximos inscritos. A conselheira **Sra. Amanda Rios**
26 **Ferreira** cumprimentou os presentes e disse que gostaria de pontuar muito dentro do que a
27 Profa. Bárbara colocou para discussão. Disse que eles, como GT, e falava como representação
28 discente, e tinha comentado na reunião do GT, sentiram um alívio muito grande quando da
29 concessão dos prazos, em maio. Tiveram relatos e depois foi atrás dos outros colegas para
30 discutir de pessoas que usaram menos do que o prazo que foi concedido, que conseguiram
31 defender com pouco tempo de uso daquele prazo, mas, enfim, diria que foi até uma comoção
32 geral dos estudantes, no sentido de alívio quando aquele prazo foi concedido. E que a
33 preocupava um pouco as falas, no sentido de prorrogação isolada, porque tinham, por
34 exemplo, casos pontuais de alunos que estavam com tese pronta que ainda não estavam

1 conseguindo defender porque estavam com problema em religamento ou com problemas em
2 algumas outras instâncias. Então, da mesma maneira que tinham alunos que, por acaso,
3 pudessem estar dando algum tipo de problema e causando todo aquele transtorno que o Prof.
4 Ariovaldo comentou, mas também tinham outros alunos prontos para defender, que estavam
5 com as pesquisas em andamento e que também estavam tendo problemas na conclusão das
6 suas pesquisas, de maneira, digamos, o mais tranquilo possível. Disse que o que a tocava
7 muito era pensar que o prazo que colocaram de sete meses seria suficiente para conseguirem
8 contemplar, no geral, porque viam a partir do momento em que a universidade retomasse as
9 atividades publicamente, ressaltando que não pararam em momento algum, mas, assim, a
10 partir do momento que a universidade se movimentou para conseguir vacinação dentro do
11 próprio campus e todas aquelas questões e que entendiam que teria uma adequação para o
12 retorno presencial, pararia, depois dos sete meses, com a necessidade de prorrogação geral,
13 indiscriminada. Que passariam a tratar casos pontuais, porque a universidade teria então
14 prezado por aquele período todo, que era o início do que discutiram no começo do GT, que era
15 a questão de zerar o prazo da pandemia. Uma vez que a universidade retomaria todas as suas
16 atividades com possibilidade de receber os alunos em níveis de até 100%, enfim, as unidades
17 estavam se organizando para receber e retomar presencialmente, entendiam que a partir
18 daquele momento não seria o caso de prorrogação geral e ser uma prorrogação pontual, que
19 estavam tendo muito sucesso, inclusive de trabalho com a Profa. Rachel, que tiveram muitos
20 problemas com a Pró-Reitoria anterior que não estavam tendo mais, naquele momento.
21 Acreditava que ninguém nunca pensou ou se estivessem pensando, que estava na hora
22 realmente de colocar a mão na consciência, era uma cascata, assim como para os alunos,
23 professores, bolsas, que desencadeou um monte de reação que precisariam pensar naquilo
24 depois. Disse que achava interessante o que a Profa. Bárbara colocou até para pensarem nas
25 cascatas como um todo. O GT pensava, dizendo em nome do GT, e pediu aos demais
26 membros que se quisessem complementar, mas que pensavam que as prorrogações a partir
27 do prazo final dos sete meses que estava em discussão, passariam a ser casos pontuais, como
28 estava sendo feito anteriormente, via coordenação do programa e PRPG, e não mais
29 prorrogações gerais. Agradeceu. A **Sra. Presidente** agradeceu e passou a palavra para a
30 Profa. Cláudia. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** disse que era naquele
31 sentido do que a Sra. Amanda falou. Na realidade, também não discordava que aquela
32 proposição do GT não tivesse nenhum impacto sobre os programas. Como coordenadora,
33 também falava que teriam impacto no programa, mas aquele GT foi pensado para acomodar a
34 situação dos alunos. Por aquele motivo a proposição, mas entendia que estavam colocando

1 meio que um ponto final naquelas prorrogações gerais, porque a partir da vacinação, que era
2 um ponto de corte para as pessoas inclusive voltarem à sua normalidade de atividade.
3 Entendia a partilha das preocupações pensando como gestores de programa, mas o GT foi
4 criado pensando nos alunos e, principalmente, daqueles que tinham dificuldade em se chegar
5 ao programa ou ao orientador para pedir mais prazo. Disse, sinceramente, que acreditava que,
6 no geral, a grande maioria não iria usar daquele prazo total. Como bem pontuado por diversas
7 pessoas, o próprio aluno iria querer concluir antes o seu mestrado ou doutorado para pode,
8 inclusive, seguir carreira. Disse que já tinha citado anteriormente, que tinha um aluno que
9 quando falava em prorrogação ele perguntava se poderia defender antes e respondeu que
10 claro que poderia. Acreditava que aquela seria a maioria dos casos, em que os alunos
11 terminariam antes, mesmo porque eles não teriam as bolsas que acompanhavam e era do
12 interesse deles também terminarem, mas aqueles casos que não conseguissem chegar para
13 ter aquele prazo, por razões diversas, se beneficiariam. Disse que o corte da vacinação dava a
14 oportunidade de que todos fossem vacinados. Queria colocar a sua impressão de que no fundo
15 achava que não seria de fato generalizado para a grande maioria, que achava, que na
16 realidade, aquela prorrogação seria para as exceções. Agradeceu. A **Sra. Presidente**
17 agradeceu a Profa. Cláudia e passou a palavra para o Prof. Ernesto. O **Prof. Ernesto Kemp**
18 pediu perdão se estivesse tocando num ponto que já devia ter sido discutido sobre as teses
19 experimentais. Perguntou à Profa. Cláudia, bastante baseado nas falas da Profa. Bárbara e
20 Sra. Amanda, se naqueles sete meses estavam contemplados aqueles casos em que
21 precisava levantar dados em laboratório. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli**
22 respondeu afirmativamente, que os demais membros do GT também poderiam responder, mas
23 acreditava que sim, porque, na realidade, aqueles sete meses viriam a se juntar aos outros
24 quinze meses já concedidos, que iria agregar àquele prazo. Teoricamente, a partir daquele
25 momento, poderiam voltar. Respondeu que aqueles casos essenciais, nunca precisaram parar
26 de fato. Lembrou que estava ligado às unidades permitirem ou não que as pessoas entrassem
27 no laboratório. Tinham de concordar que muitas pesquisas laboratoriais, lá na FCM, uma boa
28 parte da laboratorial, continuaram com as restrições e os casos avaliados pelo comitê. Disse
29 que fazia parte do comitê da FCM e avaliavam se era essencial, mas nunca deixaram de
30 permitir que as pessoas que, cumprindo os requisitos sanitários, deixassem de ir. Respondeu
31 novamente que acreditava que sim, porque, na realidade, aqueles sete meses se somavam
32 aos quinze e, se percebesse, eles já estavam se adiantando em relação à pandemia, porque já
33 estavam pensando em até dezembro uma condição de restrição. O **Prof. Ernesto Kemp**
34 agradeceu. A **Sra. Presidente** agradeceu e disse que não sabia se existiam mais dúvidas, mas

1 gostaria de encaminhar para votação aquela proposta de resolução. Complementou a
2 discussão dizendo que era muito difícil voltar da pandemia, que era muito difícil a retomada,
3 dar conta de todas as questões que envolviam alunos e a instituição, e quando falava
4 instituição incluía professor, infraestrutura, condições específicas. Claro que o aluno estava
5 dentro, mas tinham uma preocupação fundamental, colocada pela Profa. Cláudia e Sra.
6 Amanda, que eram as condições de segurança dos alunos. Muitos alunos não pararam, a
7 maioria não parou, mas tiveram coisas prejudicadas, atividades laboratoriais e clínicas. Disse
8 que muitas unidades, como a FOP e FCM, tiveram outra dinâmica, com os alunos vacinados já
9 muito mais tempo e continuaram a fazer as atividades, porque era exigência até para se formar
10 ou até para entender para fazer um ambulatório. Quem tinha disciplina ambulatorial ou de
11 clínica continuou e teve condições antecipadas de segurança frente ao restante dos alunos.
12 Tinha uma preocupação que era de segurança, sim, de saúde, de prevenção, e, claro, a
13 retomada em si iria exigir outras condições, que naquele momento, começavam a fazer com
14 mais profundidade. Concordou com a Profa. Cláudia, que os sete meses se somariam aos
15 quinze meses já concedidos. Tinha aluno que pedia para a Pró-Reitoria para defender antes do
16 próprio prazo mínimo que o programa estabelecia, porque ele deu conta. E iria respondeu que
17 não, que ficasse esperando três meses. Não faria aquilo com um profissional que estava se
18 formando. Achava que tinham cenários e condições diferentes. Aquele, considerava que era
19 acertado, era mais um mínimo de segurança que estavam dando e tinham parâmetros muitos
20 claros, era o dia da vacinação, era o prazo necessário e, a partir daquele momento, retomavam
21 naquilo que era possível e esperado, a perspectiva era de sucesso da retomada. Disse que
22 colocaria em votação a proposta de resolução para uma nova prorrogação do prazo de
23 integralização dos alunos, geral, porque a vacinação era uma deliberação geral, e a partir de
24 então, como o próprio GT estava dizendo, passaria a tratar as questões de maneira isolada.
25 Perguntou se poderia colocar a resolução em votação. O conselheiro **Prof. João Batista**
26 **Fogagnolo** pediu licença e disse que surgiu uma dúvida na fala da Profa. Rachel. Perguntou
27 se estava falando de outras unidades em que o trabalho não parou. A **Sra. Presidente**
28 respondeu que nada parou. Estava dizendo que os alunos que tiveram vacinações
29 antecipadas, comparativamente com os demais, porque tinham atividades ambulatoriais, por
30 exemplo na FOP, FCM, que para aqueles houve um outro movimento, uma outra dinâmica. O
31 conselheiro **Prof. João Batista Fogagnolo** respondeu que entendeu e agradeceu. Disse que
32 não tinha entendido por que àqueles alunos anteciparam as suas vacinas, porque eles atuaram
33 em hospitais, por exemplo. A **Sra. Presidente** respondeu afirmativamente e explicou que para
34 eles se formarem tinham disciplinas ambulatoriais e clínicas e tiveram antecipação da vacina.

1 O conselheiro **Prof. João Batista Fogagnolo** agradeceu. A conselheira **Profa. Cláudia**
2 **Vianna Maurer Morelli** complementou que, inclusive, os da força-tarefa. A **Sra. Presidente**
3 concordou e disse que também foram antecipadas as vacinas dos que ficaram na linha de
4 frente de várias situações. O **Prof. Ernesto Kemp** disse que iria voltar no mesmo assunto.
5 Quando a Profa. Cláudia disse que os alunos já teriam sido vacinados com antecedência, que
6 aquilo não aconteceu no IFGW, por exemplo. Disse que tinha um aluno que a pesquisa dele
7 não era essencial, então, ele iria retomar a partir daquele momento, e tinha, de maneira
8 pessoal, inclusive, preocupação com aquele tipo de prazo, porque ele perdeu mais de quinze
9 meses de atividade laboratorial, então quinze meses mais sete, ok, lhe parecia razoável, e
10 perguntou se de alguma maneira também não caberia aquela análise por parte da Pró-Reitoria
11 de Pós-Graduação de excepcionalidades. A **Sra. Presidente** perguntou se era para um caso
12 específico ou para a unidade. O **Prof. Ernesto Kemp** respondeu negativamente. Disse que
13 estava dizendo até de caso bastante genérico que aconteceu no IFGW, que era alunos que
14 tinham pesquisa de ciência básica, estavam estudando um material x, y e z, que não era
15 considerado atividade essencial, portanto, aquele aluno ainda não voltou, porque os
16 orientadores estavam inclusive selecionando quem eram os alunos que obrigatoriamente ou
17 que essencialmente deveriam usar o laboratório. Tinha um aluno, por exemplo, que desde
18 março de 2020 não pôs o pé no laboratório. A **Sra. Presidente** respondeu que não sabia muito
19 bem qual era a informação da dinâmica do laboratório do IFGW, porque para algumas houve
20 uma dinâmica de uso controlado, com x por cento de possibilidade de ingresso dos alunos. De
21 toda maneira, que os alunos que ficaram aquele tempo todo sem acesso e que tiveram
22 simultaneamente quinze meses de prorrogação e teriam mais sete meses, o que supunha que
23 fosse suficiente. Caso não fosse, a coordenação poderia encaminhar à Pró-Reitoria com a
24 justificativa que o prazo não foi adequado, que não tiveram acesso aos laboratórios e que
25 precisavam de mais seis meses, por exemplo. Aquilo que estavam chamando de prorrogação
26 isolada e poderia ser tratada por aluno ou unidade, porque era o cenário que poderia não ter
27 acontecido em outras unidades. O **Prof. Ernesto Kemp** agradeceu e disse que queria
28 entender se tinha mesmo aquele mecanismo para as excepcionalidades. A **Sra. Presidente**
29 respondeu que sempre havia. Não daria para fazer uma regra sobre excepcionalidade. O **Prof.**
30 **Ernesto Kemp** concordou e disse que queria apenas saber se aquele mecanismo existia.
31 Agradeceu. A **Sra. Presidente** perguntou se poderia colocar em votação. A **Sra. Juliana**
32 **Cristina Barandão** informou que o Prof. Mauro era o próximo inscrito. A Sra. Presidente
33 desculpou-se por não ter visto e passou a palavra para o Prof. Mauro. O conselheiro **Prof.**
34 **Mauro Cardoso Simões** agradeceu e disse que era só um esclarecimento. Perguntou se aquela

1 prorrogação de prazo tinha validade também para os alunos ingressantes a partir de 2022. A
2 Sra. Presidente respondeu negativamente e explicou que eram para os alunos regularmente
3 matriculados naquele momento. O conselheiro **Prof. Mauro Cardoso Simões** agradeceu. A
4 **Sra. Presidente** complementou que no ano seguinte os alunos ingressariam começando do
5 zero e esperava que assim fosse, que nada mais acontecesse. O conselheiro **Prof. Mauro**
6 **Cardoso Simões** agradeceu. A **Sra. Presidente** disse que estava colocando a resolução em
7 votação, com favoráveis permanecendo como estavam e contrários ou abstenções se
8 manifestando pelo chat, que foi aprovada com uma (1) abstenção. Finalizada a ordem do dia,
9 passou para o expediente. Disse que iria inverter a ordem, iniciando com um relato, a questão
10 do GT, iria deixar por último. Sobre o PROAP, disse que era um lembrete para os colegas, que
11 o PROAP tinha prazo e não queriam devolver recursos para a CAPES, então, os programas
12 precisavam gastar os recursos nos prazos informados o tempo todo pela Sra. Marli, Diretora
13 Financeira da PRPG. Disse que era, na verdade, um pedido de atenção para que não fizessem
14 a devolução e, de fato, usassem os recursos públicos disponíveis. Pediu que se atentassem
15 aos prazos. Respondeu ao questionamento do Prof. Pedro, pelo chat, que a proposta de
16 deliberação aprovada anteriormente iria para aprovação da CEPE, reiterando a resposta da
17 Sra. Amanda. Sobre o PED, disse que sobretudo tinham o seminário PED/PAD, que era um
18 evento importante de acolhimento dos alunos, que estava divulgado na página da PRPG.
19 Passou a palavra para o Prof. Elias. O **Prof. Elias Basile Tambourgi** disse que seria o XVII
20 Encontro PAD/PED e tinha como tema “Desafios para a saúde mental me tempos de
21 pandemia”, que seria ministrada pela Profa. Tania, do SAPPE, e a Dra. Adriane, do SAE.
22 Informou que os banners estavam divulgados nas páginas da PRPG e PRP. Comentou que
23 acreditava que a Sra. Bárbara já mandou para os coordenadores de programa o anúncio do
24 PED/PAD. Destacou que era muito importante a participação, que seria on-line e aberto à toda
25 a comunidade. No banner de divulgação tinha um QR code para acesso à ficha de inscrição e
26 o endereço do evento, pelo YouTube da Pró-Reitoria de Graduação, onde seria realizado o
27 evento, no dia 17/11, a partir das 14 horas. A estimativa de duração era de 3 horas, com um
28 tema bem atual, tendo em vista o setembro amarelo. Disse que queria deixar registrado o
29 agradecimento à Sra. Bárbara e à Sra. Marcela, funcionárias da Pós-Graduação, que, em
30 conjunto com a PRG, (EA)², e palestrantes, viabilizaram a organização do encontro. Convidou
31 todos os presentes a fazerem a divulgação nas suas unidades e programas, que seria um
32 evento muito interessante e com um tema muito atual. A **Sra. Presidente** agradeceu ao Prof.
33 Elias e disse que também em relação ao PED, fizeram uma ponderação na PRPG, que uma
34 das preocupações com a própria retomada e com a própria dinâmica dos cursos era a

1 permanência dos alunos. No âmbito da PRPG, as políticas de permanência estavam em outro
2 lugar, elas estavam na PRG, ou Gabinete do Reitor, ou CGU, mas não na PRPG, mas
3 consideraram que a ampliação de bolsas talvez fosse uma excelente possibilidade. Informou
4 que solicitou à AEPLAN e à avaliação da PRDU para que na peça orçamentária de novembro
5 tivessem um acréscimo de bolsas PED. Por um lado, era bom para os alunos no que se referia
6 à sua formação e apoio à monitoria dos cursos de docentes, e, por outro lado, aquilo também
7 era parte de uma política de permanência, de possibilitar aos alunos terem um pouco mais de
8 tranquilidade na sua estada na universidade naquele momento complicado. Explicou que
9 solicitavam em termos de recursos, nunca em termo de número de bolsas. Achava que a
10 ponderação seria positiva, porque a universidade, de fato, estava voltada para ampliar um
11 pouco as políticas de permanência dos alunos, depois daquele período todo de crise. Passou a
12 palavra para o Prof. Elias. O **Prof. Elias Basile Tambourgi** disse que esqueceu de falar que
13 era a Sra. Bárbara, funcionária da PRPG, e a Sra. Marcela, responsáveis pelo PED, já
14 elaboraram o Calendário PED de 2022 e que iriam enviar para os programas. A Sra.
15 Presidente agradeceu ao Prof. Elias e disse que iria usar o expediente para falar de duas
16 questões. Uma delas era um relato de duas reuniões que os pró-reitores da USP, Unesp e
17 Unicamp, que ela, o Prof. Carlotti e a Profa. Valnice, tiveram com a presidenta da CAPES.
18 Disse que foi uma reunião, absolutamente limitada, muito mais de conhecimento, de, enfim,
19 oferecerem o apoio das três paulistas para o que fosse importante para que a CAPES
20 continuasse a fazer o papel que ela tinha e que sempre teve e gostariam que fosse mantido,
21 porque a relação com a CAPES, naquele momento, não era uma relação fácil. Comentou que
22 para marcar a reunião já tinha sido difícil, que demoraram três meses para ter uma reunião
23 virtual com a presidenta da CAPES, já começando a ver a dificuldade daquela relação. Foi uma
24 reunião bastante superficial, mas que teve um ponto positivo, conseguiram, depois de explicar
25 e de apresentar o que era o PRINT e as dificuldades do programa, porque aquela era uma das
26 grandes questões do grupo, que estavam na beirada dos prazos de um relatório, em agosto, do
27 PRINT, e a própria CAPES não sabia responder uma série de questões. Depois de
28 apresentarem o PRINT, explicarem os problemas, deram conhecimento à presidenta da
29 CAPES de que tinha um relatório a ser entregue em agosto e que queriam que ele fosse
30 suspenso, porque as dificuldades eram tantas, desde técnicas até substantivas, que não fazia
31 sentido fazer um relatório depois de um ano parado com a pandemia. Um relatório do PRINT
32 para o que, se não teve mobilidade. Disse que aquele era um ponto positivo, que conseguiram
33 que fosse suspenso o relatório de agosto, e continuava mantido o relatório de novembro, no
34 caso do PRINT. As outras políticas, estavam no meio da avaliação, a presidenta da CAPES

1 considerava que o próprio Conselho Superior da CAPES não era legítimo porque tinham
2 pessoas ali que não eram devidamente eleitas, tinham questões políticas muito sérias na
3 CAPES naquele momento. A preocupação dos pró-reitores em pedir a reunião era porque
4 estava tudo muito sério, todo aquele período daquele governo era muito complicado para a
5 questão da educação, de financiamento e de pesquisa, mas tinham coisas que não poderiam
6 deixar cair, então, a reunião com a CAPES se justificava porque tinha mais coisas em jogo nas
7 três universidades, em termos de pesquisa e de formação de recursos. A única coisa que
8 conseguiram na reunião foi a suspensão do prazo e uma reunião com a Livia, nova Diretora de
9 Relações Internacionais, que era uma professora de uma Faculdade de Bauru, aluna da Profa.
10 Cláudia, Presidente da CAPES, e tiveram outra reunião, depois, que apresentaram uma lista de
11 problemas no PRINT, elaborada pelos técnicos das três universidades, que ela precisaria
12 conhecer e tentar acertar. Apresentaram as sugestões para a Profa. Livia, mas não sabiam se
13 teria muita mudança. De fato, tudo era muito limitado no conhecimento do que se tratava a
14 CAPES, no conhecimento dos programas que ela desenvolvia. Disse que abriram a porta,
15 indicando que as universidades paulistas estavam à disposição para alguma ajuda, se
16 necessário fosse. E já o fizeram, apresentando o documento explicando tudo que era preciso
17 fazer no próprio sistema, questões técnicas do PRINT para ele dar certo. E a pergunta que não
18 queria calar e que ninguém respondeu era se o PRINT continuaria. A situação era limitada e
19 não tinham muita perspectiva. Disse que queria deixar claro para os presentes que apesar de
20 todas as suas divergências com o que acontecia no âmbito da política de educação e de
21 pesquisa do país, e não eram poucas, sabiam, os três pró-reitores, que não poderiam deixar de
22 conversar e de ter aquela relação institucional, porque muita coisa estava em jogo na
23 instituição, mas os limites eram muito claros para todos. Disse que quando falavam que tinham
24 de pensar em prorrogação de bolsa, em pesquisa, na avaliação do próximo quadriênio, sabia-
25 se lá o que iria acontecer no próximo quadriênio. O que já sabiam era que pelo menos naquele
26 não contariam os indicadores de prazo dos alunos para os programas, mas no quadriênio
27 seguinte, não sabiam. Disse que aquele era o relato para mantê-los sempre informados,
28 quando possível. A outra questão era sobre o item de acompanhamento das atividades
29 remotas, e iria aproveitar para informar que a CGU pediu que a PRPG e a PRG montassem um
30 GT de retomada, que tinha como tarefa primeira e básica, elaborar uma deliberação de
31 retomada dos alunos, nos moldes do que foi a deliberação de retomada dos funcionários e dos
32 servidores em geral da universidade, com definição de regras, prazos, questões de vacinação,
33 que era um problema seríssimo porque eram trinta mil alunos, mesmo que nem todos
34 frequentassem o tempo todo o *campus*. A DAC montou um sistema de controle, e assim como

1 os professores colocaram a carteirinha de vacinação no sistema de vida funcional, entendia-se
2 que os alunos deveriam fazer o mesmo. Não sabiam quanto tempo iria levar, que tinham
3 problemas dos mais variados, desde o aluno que não queria de vacinar por questões
4 religiosas, por negacionismo, dentre outras coisas. Tinham todos os tipos de comportamentos
5 e ter formas de regulamentação na instituição não era fácil, aliás, era difícilimo para não bater
6 em leis e direitos. A discussão do direito coletivo e do direito individual entrava exatamente
7 naquela seara. Disse que ficou de solicitar à CCPG quatro representantes de coordenadores,
8 um de cada área, para fazer parte do GT, juntamente com o Prof. Elias e a Profa. Altair, que
9 eram assessores da PRPG, e outros quatro coordenadores de graduação e mais os
10 assessores, mais os pró-reitores, para fazerem a discussão no GT de retomada. Disse que
11 gostaria de sair daquela reunião com os quatro voluntários para compor o GT, um de cada
12 área. Enquanto pensavam nos nomes, tinha outro encaminhamento, que era criar um GT que
13 abordasse as questões trazidas pela Profa. Bárbara, que antecipou exatamente aquela
14 discussão. Tinham de ter uma discussão sobre o ensino, que tipo de ensino queriam dali para
15 frente. Se alguém a perguntasse pessoalmente o que desejava, seria 100% presencial, na
16 questão didática e de ensino, mas aquilo era pessoal. Perguntou o que iriam herdar da
17 pandemia que foi positivo com relação à questão remota. Disse que poder fazer defesas de
18 dissertações e teses com colegas de outros países foi muito bom. Comentou que poder fazer
19 seminários que, em geral, teria um custo grande para trazer três colegas da Europa ou Estados
20 Unidos, e com as atividades remotas conseguiram fazer situações muito interessantes e aquilo
21 era muito bom. Aqueles eram legados positivos na área de formação de recursos humanos que
22 considerava que deveria ser mantido, mas regulamentado. Na questão didática que achava
23 que seria a grande questão, o grande problema. Disse que era totalmente avessa ao ensino
24 remoto, e o híbrido, era pior ainda, porque o remoto pelo menos assumia que era remoto, o
25 híbrido não sabia o que ele era. De fato, defendia o ensino presencial. Aquela era matéria de
26 discussão na universidade em várias áreas e comentou que já escutou argumento de colega
27 dizendo que se tivessem sido remoto o ensino naquele ano, teria perdido cinco alunos muito
28 bons de pós-graduação, porque não poderiam se manter na Unicamp. Perguntou se aquele
29 seria o parâmetro que iriam utilizar a partir de então. Teriam de pensar sobre. Estavam abrindo
30 uma oportunidade, mas estava condicionando toda uma formação das pessoas. Precisavam e
31 estavam sugerindo, não sabia se faziam somente um GT de pós-graduação ou se juntavam
32 com a universidade, porque na gestão anterior ficou sabendo, na semana anterior, que teve um
33 GT que começou a pensar numa política de atividades à distância, que foi coordenado pelo
34 Prof. Fernando Hashimoto, por conta de ser vinculado à extensão, que tinha toda uma

1 discussão sobre o ensino remoto para as atividades de extensão. Não sabia se poderiam
2 aproveitar aquela discussão em alguma medida, aquilo tudo foi antes da pandemia, mas
3 tinham de discutir. Sugeriu que fossem dois grupos diferentes para os GT para não ficar
4 pesado para todo mundo participar o tempo todos de reuniões, um para pensar a retomada
5 imediata que iria definir os requisitos para a presença no campus dos alunos, da CGU, eu
6 estava pensando determinadas questões mais práticas, e outro para discutir a médio prazo, o
7 que era do ensino e formação de recursos. Passou a palavra para a Sra. Amanda. A
8 conselheira **Sra. Amanda Rios Ferreira** disse que na fala da Profa. Rachel, sobre as pessoas
9 que iriam compor o GT, salvo engano, não tinha representação discente. A **Sra. Presidente**
10 disse que não veio aquela missão para ela, mas poderiam sugerir e indicar a representação de
11 um discente junto com os demais membros. A conselheira **Sra. Amanda Rios Ferreira** disse
12 que seria importante porque iriam discutir a retomada dos alunos sem a participação deles. A
13 **Sra. Presidente** concordou, porque dizia respeito aos alunos. A conselheira **Sra. Amanda**
14 **Rios Ferreira** disse que era muitíssimo complicado. A **Sra. Presidente** perguntou à Sra.
15 Amanda se ela estava se voluntariando. A conselheira **Sra. Amanda Rios Ferreira** respondeu
16 que poderia se sugerir, se não tivesse mais ninguém, seu nome estaria à disposição. A **Sra.**
17 **Presidente** agradeceu e disse que a Sra. Amanda iria como representante discente. Disse que
18 gostaria de ter alguém das Humanas, Tecnológicas, Saúde e Biológicas e as duras Exatas.
19 Passou a palavra para o Prof. Ernesto. O **Prof. Ernesto Kemp** disse que não poderia
20 responder pelo Prof. Orlando e perguntou se o número quatro era fixo ou ele seria o mínimo.
21 A **Sra. Presidente** respondeu que ele era fixo, porque iria ter muita gente, e o aí o GT não
22 funcionaria. Seriam quatro da pós-graduação, quatro da graduação, mais a representação
23 discente que acabaram de incluir, mais os pró-reitores e assessores. Disse que era por aquele
24 motivo, por uma questão prática. O **Prof. Ernesto Kemp** agradeceu. A **Sra. Presidente** disse
25 que ele poderia se sugerir. O **Prof. Ernesto Kemp** respondeu vontade não lhe faltava, mas
26 estava tentando fazer aquele controle de que o dia tivesse vinte e quatro horas, que nunca fez
27 na sua vida. A **Sra. Presidente** respondeu afirmativamente e disse que teria de falar com o
28 Prof. Orlando, porque, de repente, o estaria comprometendo a fazer algo que talvez ele não
29 pudesse. O **Prof. Ernesto Kemp** disse não sabia se poderia ficar, que gostaria, mas teria de
30 falar com o Prof. Orlando. A **Sra. Presidente** agradeceu e passou a palavra para a Profa.
31 Rosângela. A conselheira **Profa. Rosângela Ballini** cumprimentou os presentes e disse que se
32 não houvesse outro colega na área de Humanas, se candidatava. A **Sra. Presidente**
33 agradeceu e disse que ia sugerir-la, porque era vice-presidente da CCPG, mas achava que era
34 muito intervenção na sua vida, falar daquela forma. Perguntou se havia algum candidato da

1 área Tecnológicas. O conselheiro **Prof. Mauro Cardoso Simões** disse à Profa. Rosângela que
2 tinha seu voto. A conselheira **Profa. Rosângela Ballini** agradeceu. A **Sra. Presidente** disse
3 que o GT de retomada não iria durar muito. Perguntou ao Prof. Enelton se poderia ir pelas
4 Tecnológicas. O conselheiro **Prof. Enelton Fagnani** respondeu afirmativamente. A **Sra.**
5 **Presidente** agradeceu e lembrou que nas Tecnológicas também teria o Prof. Elias, que
6 participaria como assessor da PRPG, assim como das Humanas, também estaria participando.
7 Disse que faltava das Exatas duras e das Biológicas e de Saúde. A conselheira **Profa. Cláudia**
8 **Vianna Maurer Morelli** disse que se outra pessoa de Saúde ou de Biológicas pudesse
9 participar, agradeceria, porque já tinha participado do GT de integralização, e estava em um
10 outro GT de biotério, e se tivesse de escolher algum, achava que gostaria de participar do GT
11 do Ensino. A **Sra. Presidente** agradeceu. A conselheira **Profa. Maria Helena de Melo Lima**
12 agradeceu à Profa. Cláudia, porque viu que ela já participou no outro e se lembrava que para
13 aquele disse que estava bastante atarefada. Disse que o que mais pesava era porque era a
14 favor do retorno e achava que não seria uma boa pessoa dentro do grupo. A **Sra. Presidente**
15 perguntou à Profa. Helena quais os pontos. A conselheira **Profa. Maria Helena de Melo Lima**
16 disse que com segurança, era a favor do retorno, porque não parou, dentro da área hospitalar,
17 trabalhou desde março de 2020 até aquele momento. Achava que poderia participar, mas tinha
18 algumas restrições. Achava que grupo muito grande também não rendia e, pelo visto, já
19 estavam com oito pessoas, quatro da pós-graduação e quatro da graduação, e depois teriam
20 outras ainda. Disse que achava bem complicado, mas faria aquela tarefa, principalmente em
21 agradecimento ao trabalho da Profa. Cláudia, que se manifestou da última vez. A **Sra.**
22 **Presidente** agradeceu a Profa. Maria Helena e comentou que a Profa. Cláudia, realmente,
23 estava em *n*GTs, até onde tinha conhecimento, então, se pudesse ficar para o outro, seria
24 melhor. Disse que gostaria de fazer um comentário, que achava até bom que ela tivesse
25 aquela visão pelo retorno e porque vinha de uma área que não teve suspensão de atividades
26 presenciais, só ficaram trabalhando de outra maneira, e que seria bom que estivesse lá,
27 porque, na verdade, o GT era do retorno, eram um GT de retomada e ter aquela visão do
28 quanto aquilo era necessário, do quanto aquilo era possível, porque das reuniões que vinha
29 acompanhando no âmbito da Reitoria e em outros âmbitos, faltava o argumento do por que
30 poderiam retornar, por que era possível as pessoas voltarem para a universidade, o que já
31 tinha controlado, por que naquele momento estavam pensando em reassumir uma série de
32 atividades. Aqueles argumentos faltavam e achava bom que estivesse presente para contribuir
33 nos argumentos, porque como esteve o tempo todo naquela dinâmica, achava que aquela
34 experiência poderia ajudar. Agradeceu a disposição de participar. A conselheira **Profa. Maria**

1 **Helena de Melo Lima** agradeceu. A **Sra. Presidente** disse que achava que era legal ter
2 aquelas visões. Comentou que via que as pessoas, embora tivessem sofrido uma enxurrada de
3 entrevistas com médicos na televisão, durante um ano e meio, e ainda não sabiam muita coisa,
4 e os leigos tinham receios e medos, embora eles tivessem afirmações assertivas dos
5 profissionais e que acreditava muito neles de que era possível, que fazia sentido retornar, mas
6 a grande maioria não pensava assim. Achava que iriam falar com os alunos e teriam de ter
7 exatamente as medidas e resoluções que atingissem todo mundo com aqueles argumentos e
8 que seria bom que com aquela visão estivesse lá. Disse que a comissão seria composta pela
9 Profa. Maria Helena, Profa. Rosângela e Prof. Enelton, faltando mais um membro. Perguntou
10 se o Prof. Aurélio estava se voluntariando. O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de**
11 **Oliveira** respondeu que na verdade não, também preferiria participar do GT de Ensino. Disse
12 que não gostaria de participar porque tinha um motivo interno do IMEEC, um professor que não
13 iria tomar vacina, negacionista, e talvez internamente tivesse de participar daquela discussão e
14 achava que ficaria misturado demais fazer a discussão geral, sendo que no IMEEC teriam de
15 tomar alguma atitude interna ou, pelo menos, levar mais para cima aquela situação. Disse que
16 preferia participar do outro, mas na verdade tinha outra questão, o seu mandato acabaria em
17 novembro e ainda não sabia se continuaria na coordenação. A **Sra. Presidente** respondeu que
18 era uma pena que existia aquela situação, que existiam vários, imaginava que o caso do
19 IMEEC não fosse o único na universidade, infelizmente. Sabia-se que tinham outros. Disse que
20 era uma pena que acolhessem colegas que estavam, supostamente, fazendo ciência e
21 conhecimento científico e pensavam daquela maneira. Fazia parte, a sociedade brasileira era
22 múltipla e o mundo todo também pensava daquela maneira. Lamentava. Disse que achou que
23 estivesse se voluntariando. O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira** disse que
24 queria dar uma justificativa de não ser o voluntário, mas, se desse certo, participaria no outro
25 grupo. A **Sra. Presidente** agradeceu e passou a palavra para o Prof. Ernesto. O **Prof. Ernesto**
26 **Kemp** disse que gostaria de fazer uma proposta, que poderia ser o representante da Exatas,
27 só que gostaria de fazer um acordo com a profa. Rachel. Iria informar o Prof. Orlando da sua
28 decisão e se ele decidisse participar do GT, cederia seu lugar para ele. Caso contrário, se não
29 vissem problema nenhum que um substituto na CCPG fizesse parte do GT, se candidatava. A
30 Sra. Presidente agradeceu ao Prof. Ernesto. Disse que voluntários era tudo aquilo que
31 precisavam no momento. Disse que se o Prof. Orlando quisesse, de fato, participar, trocavam
32 senão, seria um prazer que estivesse no GT. O **Prof. Ernesto Kemp** agradeceu. A **Sra.**
33 **Presidente** agradeceu e informou que completaram as indicações do GT Retomada com a
34 Profa. Maria Helena, Prof. Ernesto. Prof. Enelton, Profa. Rosângela e a Sra. Amanda, como

1 representante discente. Disse que esqueceu de falar, mas que achava que haveria uma
2 reunião inicial, no dia 10, às 10 horas. Iria confirmar com o Prof. Ivan, que estava cuidando dos
3 agendamentos, com envio de e-mail pela PRPG ou próprio GT a partir da indicação deles
4 como os representantes. Disse que o outro GT ainda não tinha definido o desenho, se seria
5 somente a PRPG, da pós-graduação, ou se seria um GT de ensino na universidade. De toda
6 maneira, eram questões bastante preocupantes, porque elas iriam definir muito da própria
7 conduta nas atividades didáticas e de formação dos alunos, da relação dos alunos com os
8 professores, de organização da vida dos docentes. Disse que a Profa. Bárbara, do IFCH,
9 levantou questões sobre as orientações e aquelas questões estariam implicadas no GT.
10 Perguntou se era uma retomada do ensino ou um novo desenho do ensino. Disse que teriam
11 de pensar naquilo e, embora o GT ainda não tivesse um desenho definido, achava que já
12 gostaria de dar o *start* naquilo, porque seria uma discussão longa, que não iriam resolver em
13 um mês, e seria interessante se já pudessem ter uma ideia dos participantes para no médio
14 prazo marcarem uma reunião. Disse que não precisava ser naquele momento, em setembro,
15 porque era o mês da retomada, estava tudo muito junto, atropelado, mas se pudessem marcar
16 uma reunião daquele GT para início de outubro seria interessante. Explicou que a ideia era que
17 a CCPG e as CPGs fossem os centros daquilo, que levassem para as unidades e somente os
18 coordenadores eram capazes de fazerem aquilo. Não era uma discussão de um GT, era uma
19 discussão que iria para a unidade e voltaria para o GT para deliberações, então, seria longa.
20 Disse que iria elencar os participantes que já se manifestaram, que entendeu que uma delas
21 era a Profa. Cláudia. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** respondeu
22 afirmativamente que gostaria de participar e se a Profa. Rachel permitisse, gostaria de dar uma
23 opinião, porque achava que num primeiro momento, dadas as particularidades da pós-
24 graduação em relação à graduação, achava que deveriam começar uma conversa pela pós-
25 graduação, que eram coisas diferentes, e, depois, integrar. A **Sra. Presidente** concordou que
26 poderiam começar e depois juntar. Disse que era aquilo que estavam pensando, sem muita
27 certeza, porque iria afetar como seria o ensino na Unicamp dali para frente, e não sabia se ele
28 teria de mudar tanto, mas aquilo era matéria de discussão. Disse que a Profa. Cláudia se
29 voluntariou, a Profa. Bárbara, do IFCH, pelas Humanas. Tinham ainda Tecnológicas e Exatas.
30 A conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** disse que viu o Prof. Sávio levantar a
31 mão. A **Sra. Presidente** respondeu que foi o Prof. Tiago, que iria pelas Tecnológicas, e
32 perguntou ao prof. Aurélio se iria pelas Exatas. O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de**
33 **Oliveira** respondeu afirmativamente. A **Sra. Presidente** agradeceu e lembrou que o Prof. Elias
34 também participaria do GT e era da Engenharia Química. Pediu à Sra. Juliana que anotasse o

1 nome de todos, e confirmou que o GT Ensino seria a Profa. Cláudia, Profa. Bárbara, Prof.
2 Tiago e Prof. Aurélio. Disse que precisavam de indicação de um representante discente.
3 Perguntou quem dos representantes discentes estava presente. A conselheira **Sra. Amanda**
4 **Rios Ferreira** respondeu que o Sr. Fernando também estava presente. A **Sra. Presidente**
5 disse que se os representantes discentes não quisessem se voluntariar naquele momento,
6 poderiam mandar depois. A conselheira **Sra. Amanda Rios Ferreira** respondeu que iria falar
7 no grupo e depois encaminhava por e-mail. A **Sra. Presidente** concordou e pediu que
8 encaminhassem o nome. Se o GT seria da pós-graduação, inicialmente, achava que poderiam
9 antecipar um pouco a reunião, não precisaria ter tantas pessoas para agregar a um GT grande.
10 Disse que iria marcar a reunião para final de setembro ou início de outubro para pensarem e,
11 pelo menos, elencar a pauta, que seria longa. Disse que tinha finalizado os assuntos. O
12 conselheiro **Prof. João Batista Fogagnolo** pediu a palavra e disse que tinha uma dúvida e
13 queria colocar para os colegas como um problema que estava tendo com as novas bolsas do
14 CNPq que vinham exclusivamente para projetos. Disse que entrou em contato com o CNPq
15 para ver a possibilidade de colocar novos professores nos projetos já aprovados, porque o
16 coordenador anterior tomou a decisão de não colocar todos os professores do Programa
17 Engenharia Mecânica, que eram muitos, mais de sessenta, e colocou uns 20% dos
18 professores, entendendo que seria uma melhor opção. Comentou que no segundo semestre,
19 optaram por não fazer um segundo projeto e, sim, continuar o do semestre anterior e estava
20 tentando colocar alguns nomes novos para não ficar restrito somente àqueles nomes originais,
21 e não conseguia aquela resposta do CNPq. Disse que tinha alguns telefones que às vezes
22 usava, mas não sabia se era um tanto pela pandemia ou um tanto pelos novos ventos, mas
23 não estava conseguindo contato. A **Sra. Presidente** disse ao Prof. João que tinha alguns
24 nomes no CNPq, mas não sabia se ajudaria, porque falava com eles sobre bolsas e não sobre
25 ingresso de novos docentes. Perguntou se o prof. Marcelo, da PRP, ainda estava presente. O
26 conselheiro **Prof. João Batista Fogagnolo** disse que naquele momento tinham algumas
27 bolsas que queriam dar para um professor que não estava naquele projeto, mas estava no
28 programa. O **Prof. Marcelo Brocchi** respondeu que estava presente. A **Sra. Presidente**
29 agradeceu ao prof. Marcelo e disse que achou que ele pudesse ter ido embora. Perguntou se
30 ele tinha alguma informação sobre aquele caso ou como o Prof. João ou a PRPG poderia
31 entrar em contato com o CNPq. O **Prof. Marcelo Brocchi** respondeu que não sabia, mas
32 poderia verificar ainda naquele dia. Disse que a Sra. Ariane tinha os contatos das áreas do
33 CNPq e poderiam verificar em poderia resolver ou explicar melhor aquela dúvida. A **Sra.**
34 **Presidente** sugeriu ao Prof. João Batista que falasse com a Sra. Ariane para pegar aqueles

1 nomes, talvez fosse mais fácil. O **Prof. Marcelo Brocchi** respondeu afirmativamente e pediu
2 ao Prof. João que escreve para ele ou direto para a Sra. Ariane, o que ficaria mais fácil para
3 ele, que colocaria o contato no chat. O conselheiro **Prof. João Batista Fogagnolo** agradeceu.
4 Disse que tinha conseguido alguns contatos, mas até aquele momento não tinha ideia de
5 poderia ou não colocar novos professores. Perguntou se algum outro coordenador tentou
6 colocar novos professores ou dar bolsas para outros alunos que não aqueles. A Sra.
7 Presidente passou a palavra para o Prof. Ariovaldo. O Conselheiro **Prof. Ariovaldo José da**
8 **Silva** disse que gostaria de entender e perguntou se no projeto institucional não foi colocado o
9 nome de todos os professores ou nos projetos indicados para as bolsas. O conselheiro **Prof.**
10 **João Batista Fogagnolo** respondeu negativamente, naqueles novos projetos que o CNPq já
11 tinha feito duas edições. Disse que ele estava no meio do caminho entre um sistema de projeto
12 e um sistema de cota. Puseram um projeto, primeiro, com uma fração dos professores e,
13 naquele momento, queriam dar bolsa para outros alunos, queria dizer, alunos orientados por
14 outros professores e estavam presos naquele projeto que foi enviado com uma relação menor
15 de professores. O conselheiro **Prof. Ariovaldo José da Silva** disse que fez aquilo no seu
16 programa. Indicaram, no projeto institucional, todo o corpo docente do programa, indicaram
17 aquele histórico do programa. Quando foram fazer um projeto, ele, na ocasião, indicou a área
18 de Agricultura de Precisão e a Área de Geoprocessamento. Explicou o que o seu programa era
19 interdisciplinar, então tinha aquele problema. E disse que aconteceu fato semelhante, teve de
20 atribuir bolsa para o pessoal que estava na lista, eles quiseram manter um critério de
21 classificação. A CPG não aprovou que fosse designado um projeto eventual ali por edital, que
22 era a sua proposta. Disse que aconteceu exatamente aquilo, teve de atribuir para outra e para
23 áreas de concentração. Disse que estava querendo dizer que estava indicado para duas áreas
24 de concentração e escreveu para o CNPq e eles responderam que tudo bem, porque era o
25 projeto institucional que eles levavam em conta, o tamanho do programa e que poderia fazer
26 aquela atribuição. O conselheiro **Prof. João Batista Fogagnolo** agradeceu. O conselheiro
27 **Prof. Ariovaldo José da Silva** complementou que atribuiu a bolsa para o pessoal de água e
28 solo e de outras áreas de concentração. O conselheiro **Prof. João Batista Fogagnolo**
29 agradeceu e disse que aquilo era um indicativo que aqueles projetos ainda eram vistos como
30 institucionais, do programa, e não projetos de pesquisas individuais. O conselheiro **Prof.**
31 **Ariovaldo José da Silva** concordou. A **Sra. Presidente** disse que passaria a palavra para o
32 Prof. Sávio e Prof. Renato. Pediu ao Prof. João, se pudesse para conversar com a Sra. Ariane
33 para pegar o nome do responsável que achava que facilitaria mais. O conselheiro **Prof. João**
34 **Batista Fogagnolo** concordou. A **Sra. Presidente** passou a palavra para o Prof. Sávio. O

1 conselheiro **Prof. Sávio Souza Venâncio Vianna** disse que tinha acabado sendo coberto o
2 que foi dito da questão do Prof. João. Achava que pensavam da mesma forma, porque, num
3 primeiro momento, o CNPq disse que seriam vários projetos que seriam abertos regularmente.
4 Então, nem sempre colocaram todos os docentes, porque como era a primeira submissão
5 queria colocar seu melhor time para poder ganhar o projeto, a estratégia foi aquela. No entanto,
6 quando iam implementar a bolsa, em momento nenhum o CNPq pede nome de orientador ou
7 de coorientador, ou coisa que o valha. Então, não havia problema nenhum, não havia restrição
8 nenhuma de você aplicar, atribuir uma bolsa, porque, no caso, quem era o coordenador do
9 projeto era o coordenador do programa, e ele estava chamando uma daquelas pessoas ali do
10 grupo para orientar, o CNPq nunca ficaria sabendo daquilo. Disse que acreditava que, como foi
11 colocado, ele flexibilizou porque, na realidade, ele mudou totalmente a dinâmica, não era mais
12 projetos, era um único projeto onde cada projeto novo na realidade, era um aditivo daquele
13 projeto que foi aprovado, onde ele fazia novas chamadas. Aquilo, associado ao fato de que não
14 conseguiram falar com o CNPq, porque nem por telefone e COPAD (Coordenação de Programa
15 Acadêmicos) eles respondiam, se você atribuísse, por exemplo, x, p, z, que num primeiro
16 momento você não citou, não iria ter problema nenhum. Não tinha nada no termo que você
17 assinava que falava o contrário. Disse que tinha um caso no seu programa de um professor
18 que não indicou, a fila andou, o aluno seria dele e a bolsa estava com ele, e não tiveram
19 problema nenhum. Disse que era só para responder que no seu programa aconteceu e não
20 teve nenhum problema. O conselheiro **Prof. João Batista Fogagnolo** respondeu que
21 imaginava que fosse aquilo mesmo. Que eles tampouco iriam conseguir no final de tudo ver se
22 no projeto foi feito tudo aquilo que se falou, como se fosse projeto FAPESP, por exemplo. Eles
23 não iriam conseguir ter aquele gás. O conselheiro **Prof. Sávio Souza Venâncio Vianna** disse
24 que na realidade, para concluir, o que acontecia era daquela insatisfação toda, aquele absurdo
25 que estavam passando, quando a Profa. Rachel colocou da reunião da CAPES, achava que o
26 silêncio da CCPG dizia tudo, estavam abismados com o que estava acontecendo. O CNPq
27 arrumou um jeito novo de cortar bolsa. Quem não teve projeto aprovado no edital 25/2020, não
28 sabia como seria naquele momento, porque na Engenharia Química tinham programas de
29 excelência, 6 e 7, que não foram contemplados. Não sabia como eles iriam entrar no bonde
30 naquele momento, porque não tinha dinheiro, eles estavam cortando. Disse que achava que
31 estava uma bagunça generalizada e como disseram, naquele momento, todo mundo que
32 estava com projeto iria botar novos docentes, porque eles não perguntavam, só pediam o
33 nome do aluno e o CPF. O conselheiro **Prof. João Batista Fogagnolo** agradeceu. A **Sra.**
34 **Presidente** disse que se os colegas não tivessem mais nenhuma dúvida ou nada para

- 1 comentar, poderiam terminar a reunião. Não havendo mais manifestações, agradeceu a
- 2 presença de todos e encerrou a reunião.

NOTA: A presente Ata foi aprovada na **390ª Reunião Ordinária da CCPG**, realizada em 1 de dezembro de 2021.